

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
CURSO DE HISTÓRIA**

JEANN VORPAGEL PORTALETE

FARSA E TRAGÉDIA: ANÁLISE COMPARATIVA DOS GOLPES DE 1964 E 2016

**CAXIAS DO SUL
2021**

JEANN VORPAGEL PORTALETE

FARSA E TRAGÉDIA: ANÁLISE COMPARATIVA DOS GOLPES DE 1964 E 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em História na Área de Conhecimento de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul.

Orientador Prof. Dr. Roberto Radunz

CAXIAS DO SUL

2021

FARSA E TRAGÉDIA: ANÁLISE COMPARATIVA DOS GOLPES DE 1964 E 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em História na Área de Conhecimento de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul.

Aprovado em: 13 de abril de 2021

Banca Examinadora

Prof. Dr. Roberto Radunz orientador
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Dr. Ramon Victor Tisott
Universidade de Caxias do Sul – UCS

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Roberto Radunz por sua orientação neste trabalho, através de diversas chamadas de vídeo, dando suporte, corrigindo, incentivando e colocando-se a disposição, sempre com muita paciência.

A toda equipe do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, sempre prestativos e gentis no atendimento e separação dos documentos para a pesquisa

Aos meus pais, João e Regina, por todo o apoio ao longo da pesquisa, seja ouvindo minhas angústias ou proferindo palavras de incentivo e lembrando que eu conseguiria finalizar minha monografia.

A Débora Fabiana Pereira, por estar sempre ao meu lado, incentivando e criticando quando necessário, pela paciência e por cada contribuição enquanto historiadora.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar comparativamente o golpe civil-militar de 1964 e o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, identificando semelhanças e diferenças destes processos, assim como identificar como os jornais *Folha de São Paulo* e *Pioneiro* qualificaram os presidentes destituídos e se, houve uma manifestação positiva em relação às suas respectivas saídas do cargo. A pesquisa situa-se no campo historiográfico da História do Tempo Presente e tem como metodologia a História Comparada. Para a análise do trabalho, é utilizado o Materialismo-Histórico. A análise foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica da historiografia sobre os temas e, uso de jornal com fonte histórica. Conclui-se que ambos os processos tiveram rupturas democráticas, com semelhanças e diferenças entre si, mas os dois com anuência dos jornais analisados, que construíram imagens negativas dos presidentes em questão e tiveram um posicionamento favorável as deposições, caracterizando-as como legítimas. Semelhantes rupturas são decorrentes da fragilidade da democracia burguesa brasileira, onde é possível construir uma relação com a sua fragilidade proposital e as frequentes derrubadas de governos democráticos e inclinados ao campo popular.

Palavras-chave: Golpe Civil-Militar. *Impeachment*. Democracia. Jornal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Editorial da <i>Folha de São Paulo</i> de 1964.....	24
Figura 2 – Editorial da <i>Folha de São Paulo</i> de 1964.....	26
Figura 3 – Editorial <i>Pioneiro</i> de 1964.....	27
Figura 4 – Editorial <i>Pioneiro</i> de 1964.....	28
Figura 5 – Editorial <i>Pioneiro</i> de 1964.....	29
Figura 6 – Editorial da <i>Folha de São Paulo</i> de 2016.....	37
Figura 7 – Editorial do <i>Pioneiro</i> de 2016.....	38
Figura 8 – Editorial do <i>Pioneiro</i> de 2016.....	38
Figura 9 – Editorial da <i>Folha de São Paulo</i> de 2016.....	39
Figura 10 – Editorial do <i>Pioneiro</i> de 1964.....	41
Figura 11 – Editorial do <i>Pioneiro</i> de 2016.....	42

LISTA DE SIGLAS

CIA	Agência Central de Informação
EUA	Estados Unidos da América
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MPF	Ministério Público Federal
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PF	Polícia Federal
PT	Partido dos Trabalhadores
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	<u>INTRODUÇÃO</u>	8
2	<u>GOLPE DE 1964</u>	15
2.1	<u>CONJUNTURA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1964</u>	15
2.2	<u>ATORES GOLPISTAS: EMPRESARIADO, GRANDE MÍDIA E MILITARES</u>	17
2.3	<u>INTERFERÊNCIA ESTADUNIDENSE</u>	19
2.4	<u>JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO E PIONEIRO EM 1964</u>	21
3	<u>IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF</u>	31
3.1	<u>CONJUNTURA BRASILEIRA NO PERÍODO DO IMPEACHMENT</u>	31
3.2	<u>ARTICULAÇÃO DO IMPEACHMENT: EMPRESARIADO E GRANDE MÍDIA</u>	33
3.3	<u>IMPEACHMENT OU GOLPE? UMA ANÁLISE NECESSÁRIA</u>	34
3.4	<u>JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO E PIONEIRO</u>	37
4	<u>FARSA E TRAGÉDIA</u>	41
4.1	<u>ANÁLISE COMPARATIVA DOS DOIS GOLPES</u>	41
4.2	<u>GOLPES JURÍDICOS-PARLAMENTARES NA AMÉRICA LATINA</u>	45
5	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	48
	<u>REFERÊNCIAS</u>	51

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo a análise do golpe civil-militar de 1964 e do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, utilizando para isso, os editores do jornal *Folha de São Paulo* e *Pioneiro*. O primeiro citado representa a grande mídia, pois trata-se de um jornal a nível nacional. O posterior retrata a repercussão dos processos investigados à nível municipal, isto é, na cidade de Caxias do Sul¹. Assim, analisarei os dois processos individualmente, para depois fazer a análise destacando as semelhanças e diferenças dos processos, assim como uma análise da democracia burguesa.

O período pesquisado refere-se à conjuntura próxima dos eventos investigados, ou seja, ao primeiro semestre de 1964 e de janeiro até 31 de agosto de 2016, onde findou o mandato da então presidente do Brasil.

Desde o início da década de 1960 o Brasil vivenciava uma polarização na esfera política e acirramento da crise econômica. Tratava-se de uma conjuntura instável. Com a renúncia de Jânio Quadros e a consequente posse de João Goulart ao cargo de presidente, o atrito se intensificou, resultando na suspensão do presidencialismo, isto é, retirando de Goulart a governabilidade, substituindo-a por um regime parlamentarista, limitando assim as ações do novo presidente. Esse modelo dependurou até 1963, ano na qual João Goulart saiu vitorioso no resultado de um plebiscito para a volta do presidencialismo. A partir disso, o clima se intensificou ainda mais, principalmente no momento em que Goulart defendeu e buscou aprovação das “reformas de base”, com amplo receio da ala empresarial e latifundiária, além da grande mídia, que fez-se um movimento ofensivo de oposição ao Goulart.

Nessa conjuntura acirrada, acrescido ao aumento do medo de um certo comunismo no país, o empresariado, contando com apoio maciço dos Estados Unidos da América (EUA), materializou-se o golpe de estado contra Goulart, ao utilizar o aparato das Forças Armadas e tomar o poder. Com isso, deu-se início a Ditadura Civil-Militar.

Do mesmo modo que 1964, o ano de 2016 foi alvo de polarização e conflitos políticos, intensificados com uma forte crise econômica. Contudo, esse ambiente

¹Caxias do Sul é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul, localizado no nordeste do estado.

desfavorável se estendia desde 2013, e paulatinamente acirrou-se ainda mais com uma campanha sistemática de anti-petismo. Após as eleições de 2014, onde Dilma Rousseff venceu por uma pequena margem, ela abandonou o plano de governo e o que sucedeu foi a promoção do plano do candidato derrotado nas urnas, ou seja, do Aécio Neves. A partir disto, além de precisar lidar com conflitos com a oposição e a ausência de governabilidade como obteve outrora, acabou perdendo também o apelo de sua base social, que até então era sólida.

Seu primeiro ano de mandato foi de instabilidade política e ausência de governabilidade. Os conflitos aumentaram, assim como o desejo de mudança no Governo Federal. A conciliação operada nos governos anteriores não bastava mais. Como consequência, iniciou a discussão de como retirar a presidente do poder.

A partir desse momento, a instabilidade e polarização aumentou e a repercussão dessa conjuntura nos jornais evidenciava a busca da oposição pela saída de Dilma Rousseff, bastava apenas o motivo legal para sua materialização, que tornou-se às pedaladas fiscais.

O objetivo principal desta pesquisa é investigar e analisar comparativamente o golpe civil-militar de 1964 e o processo de *impeachment* sofrido pela Dilma Rousseff no ano de 2016, estabelecendo e compreendendo as semelhanças entre os dois processos, assim como as diferenças.

Em seguida, acrescento alguns objetivos específicos desta pesquisa. O primeiro é compreender como tanto a conjuntura dos dois períodos estudados quanto identificar os atores que articularam as deposições dos presidentes envolvidos. Adiante, também procurei investigar como os jornais *Folha de São Paulo* e *Pioneiro* apresentaram Goulart e Rousseff, assim como se houve uma repercussão positiva com as suas deposições. Por último, também busco problematizar as contradições da democracia representativa liberal vigente no Brasil. A seguir apresento a historiografia e as fontes utilizadas para responder estes questionamentos.

A primeira obra nessa revisão foi do historiador Fico (2008), que trabalhou a interferência estadunidense no golpe operado contra João Goulart, assim como as articulações realizadas para a materialização da deposição. Este historiador também é uma referência para a História do Tempo Presente e temas sensíveis, como a Ditadura Civil-Militar. O seu livro traz fontes documentais sobre como o governo americano, com atuação contundente do embaixador Lincoln Gordon,

atuou não apenas na oposição ao governo, mas também na articulação para a deposição de João Goulart. A segunda obra foi de Bandeira (1983), historiador e cientista político, que pesquisou as lutas sociais no governo de Goulart, assim como as formas de ações de burguesia nacional e instituições financiadas pelos Estados Unidos para oposição do governo de Goulart. Em sua obra é visto também o funcionamento de instituições financiadas pelo governo estadunidense, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que tiveram um importante papel na oposição a João Goulart. Quanto aos editoriais da *Folha de São Paulo* de 1964, são utilizadas as obras de Guerra (2018) e Ubinski (2014). A dissertação de Guerra (2018) traz uma análise comparativa dos editoriais da *Folha de São Paulo* e do *O Globo*, em dois períodos, na deposição de João Goulart e no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. O interessante é perceber como se deu estes editoriais nesses dois momentos diferentes, porém, comparáveis. Assim como percebeu a forma como o jornal se posicionou na década de 1960 e agora, mais recente, em 2016. A segunda dissertação citada é a de Ubinski (2014), que realiza uma investigação de um possível posicionamento da *Folha de São Paulo* no golpe de 1964, usando para isso tanto os editoriais quanto, especialmente, as charges do jornal. Cabe citar o papel relevante das charges na *Folha de São Paulo*, que tinham a incumbência de complementar aquilo que ficou nas entrelinhas dos editoriais, entretanto, de forma ilustrada e caricata.

Outra obra analisada foi a do economista Bastos (2017), onde foi investigado os motivos que levaram à crise do Governo Dilma Rousseff e também a análise do processo de sua deposição. Esse trabalho ajuda a compreender os motivos do aumento do acirramento da oposição frente a Dilma Rousseff em seu segundo mandato. O segundo trabalho sobre o *impeachment* lido é do assistente social Braz (2017), que trabalhou o *impeachment* a partir de um golpe contra a frágil democracia brasileira, conceituando a democracia como uma ilusão. Ele também analisa o papel da grande mídia no processo do *impeachment*. Para a análise editorial da *Folha de São Paulo* de 2016, é utilizado os trabalhos de Eliseu (2017) e Guerra (2018), já apresentada no parágrafo acima. O primeiro analisa as representações sociais na *Folha de São Paulo* durante o processo de *impeachment*.

A pesquisa insere-se no campo da História do Tempo Presente, um campo relativamente novo dentro do saber historiográfico, e com algumas questões desafiadoras, nas quais elenco a seguir:

- a) historicizar uma temática com testemunhas, podendo confrontar o fazer histórico com a memória individual daqueles que vivenciaram o evento histórico;
- b) pesquisar uma história recente, com uma possível quantidade de documentos não vistos, podendo alterar conclusões construídas;
- c) por último, o desafio de escrever no próprio contexto do evento histórico, sem um distanciamento do episódio.

O desafio de um possível confronto entre a historiografia e a testemunha viva é intrínseco ao período estudado. Cabe uma sensibilidade para melhor lidar com esta objeção. O segundo ponto elencado trata-se de algo inseparável da historiografia de qualquer período, afinal, o aparecimento de novos documentos e se conclusões serem revisadas não é uma virtude restrita ao tempo presente, todas as áreas podem e devem ser revisadas e problematizadas. O último refere-se a uma problemática infundada, pois independente do período estudado, nós, historiadores, estamos escrevendo a partir de uma realidade e concepção, incumbindo de uma ideologia que nos norteia, onde levaremos conosco para historicizar quaisquer períodos históricos.

Uma das atribuições principais da História do Tempo Presente é de colocar o evento histórico dentro de um processo, evitando assim, analisá-lo individualmente, como um caso isolado. Cabe ao historiador, nas palavras de Jean-François Sirinelli (SIRINELLI apud CHAUVEAU; TETART, 1999, p. 83):

O historiador é também aquele que, às vezes, não dá crédito automaticamente às crônicas de uma morte anunciada, sabendo por experiência que nos fenômenos históricos são salvo fratura revolucionária ou militar, de forte inércia e, portanto, de combustão lenta. Quando o 'tempo' no qual ele circula parece acelerar-se, é mais fácil para ele do que para muitos cidadãos recolocar os ciclos curtos da história imediata no meio termo das temporalidades mais estruturais, e portanto, mais estáveis.

Portanto, é de grande relevância trabalhar com eventos do presente, inseri-los dentro de um processo histórico muito maior, isto é, dentro de uma estrutura.

A metodologia empregada na pesquisa é a História Comparada, ou seja, trata-se de uma comparação de dois ou mais eventos históricos distintos, muitas

vezes com contexto econômico, social e político diferente. Assim como o Tempo Presente, a História Comparada também possui suas armadilhas, como o anacronismo. Ao comparar duas realidades distintas, corre-se o risco de atribuir conceitos relativos ao período mais recente ao período mais longínquo. Isto é, utilizar conceitos e definições, assim como julgamentos completamente estranhos àquela realidade mais distante. Ao lado do anacronismo, é preciso atentar-se com outros obstáculos, conforme aponta Barros (2007, p. 3), como “o anacronismo, a analogia enganadora, a generalização indevida, a indução mal encaminhada, estes são alguns pequenos riscos e armadilhas que se encontram [...]”.

Ao mesmo tempo, a comparação dá um retorno satisfatório para a historiografia. De acordo com Barros (2007, p. 4) “[...] a comparação nos ajuda a compreender a partir de bases mais conhecidas e seguras aquilo que nos é apresentado como novo, seja identificando semelhanças ou diferenças”. Portanto, tratando-se de uma História do Tempo Presente, a comparação é um método relevante para a pesquisa. Ainda segundo o autor, a comparação tem a função de:

[...] fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo[...]confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum (BARROS, 2007, p. 5).

A partir disso, foi possível comparar duas realidades distintas. Se na década de 1960 o mundo vivia entre uma guerra fria entre duas potências, sendo uma delas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), causando um certo temor em países de capitalismo emergente, como o Brasil, em 2016 não se pode identificar o mesmo, devido ao término do bloco soviético. Portanto, a comparação é um recurso metodológico com um leque de possibilidades de uso satisfatório.

Explicado a metodologia utilizada, a seguir apresento a forma de análise empregada no trabalho. Para a pesquisa, a análise aplicada é o materialismo histórico, que é um método de compreensão da realidade dentro de um contexto histórico, partindo das relações materiais da sociedade. Ou seja, a nossa realidade de hoje não foi construída por nós, e sim herdada de outras sociedades anteriores a nossa. Em outros termos, se temos atualmente uma democracia frágil e sistematicamente interrompida, é preciso descortinar a construção do Brasil e

buscar elementos autocráticos e opressivos que amparem a estruturação republicana brasileira. Em outras palavras, conforme explica Marx (2011, p. 25), em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, publicado originalmente em 1852: “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Portanto, ao analisar um evento do presente ou características, é necessário observar e investigar o processo histórico elementos que subsidiem essa realidade.

Desde o início da graduação tive um apreço maior pelo período recente da historiografia, em especial a brasileira. Por isso, paulatinamente aproximei-me da temática da Ditadura Civil-Militar, onde encontrava-se testemunhas que vivenciaram o período e era possível ouvi-las. Paralelamente, atraí-me também pelo estudo da democracia liberal representativa, assim como para investigar alternativas democráticas possíveis. Com a conjuntura polarizada e uma nova ruptura democrática em 2016, a possibilidade de fazer um estudo comparativo entre a temática que já me interessava e a nova interrupção de um presidente me veio à mente, e logo, tive fascínio de prosseguir com esta problemática para a monografia. Era a possibilidade de unir conceitos de que tinha grande estima por estudar, além de que, tratava-se de um evento histórico recente, onde a perspectiva de inseri-lo dentro de um processo histórico inclinou-se ainda mais para este projeto.

Esta pesquisa tem uma importância para a historiografia por se tratar de um evento recente, e conseqüentemente, é imprescindível que os historiadores escrevem sobre ela, colocando um evento histórico que, separadamente, pode não ter muitos elos e significados, entretanto, se inserida em um contexto histórico, é possível identificar elementos que antes estavam velados, como a fragilidade da ordem democrática brasileira, principalmente quando deparamos com projetos de governo com um mínimo resquício de traço popular. Portanto, é de suma importância a historiografia produzir materiais que elucidam eventos recentes, não abstando do debate tão necessário.

Além disso, por se tratar de um tema recente, as obras sobre o assunto em questão ainda são escassas, portanto, é importante a produção de materiais que possam ser úteis para novas análises historiográficas posteriormente, com novos documentos e mecanismos de análise. Por último, é de suma importância a análise

de editoriais, seja da grande mídia ou de impacto municipal, de veículos formadores de opinião pública, com relativo impacto na sociedade. Por isso, trata-se de uma análise importante e recorrente, procurando desnaturalizar argumentações supostamente técnicas, que ao investigar os editoriais, é possível identificar como ideológicas e hegemônicas na sociedade e na opinião pública.

Este trabalho é dividido em quatro capítulos, sendo que, no primeiro capítulo é analisado o processo do golpe de 1964, investigando as relações entre os envolvidos na deposição de João Goulart, incluindo o governo norte-americano. Também será analisada os editoriais da *Folha de São Paulo* e do *Pioneiro*, com o objetivo de investigar um possível posicionamento midiático em nível nacional e municipal. Na segunda parte, é analisado o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, investigando como se procedeu a articulação para a sua deposição, os envolvidos no processo e também, como os jornais *Folha de São Paulo* e *Pioneiro* acompanharam o processo de *impeachment*, analisando um eventual posicionamento em seus editoriais. No capítulo subsequente, é destinado para uma análise comparativa destes dois processos históricos, investigando semelhanças e diferenças entre ambos, assim como, apontando para eventos similares ocorridos na América Latina.

2 GOLPE DE 1964

Este capítulo tem por objetivo historicizar e analisar como se deu a deposição de João Goulart da presidência, investigando os atores responsáveis para isso – empresariado, grande mídia e militares – e as justificativas elencadas. Também será abordado a interferência estadunidense na política brasileira, isto é, de que forma os EUA tiveram relação com a construção e efetivação da retirada de Goulart do cargo. E por último, será apresentado a forma como o jornal impresso trazia a conjuntura política do governo brasileiro, analisando se houve ou não um posicionamento, a favor ou contrário ao Goulart. Tendo por base a *Folha de São Paulo*, com influência nacional, será visto se há convergência de posicionamentos no jornal *Pioneiro*, este de repercussão no município de Caxias do Sul.

O referencial teórico utilizado foi: Fico (2008), historiador que trabalha a interferência estadunidense em 1964 e também, demais articulações para a deposição de João Goulart; Bandeira (1983), historiador que investigou as lutas sociais no governo de João Goulart, assim como as formas de ações de burguesia nacional e instituições financiadas pelos Estados Unidos para oposição do governo de Goulart. Para a análise editorial do grupo *Folha de São Paulo* nos anos de 1960, foram utilizadas as obras de Guerra (2018) e Ubinski (2014). A dissertação de Guerra (2018) é realizada em uma análise comparativa dos editoriais da *Folha de São Paulo* e do *O Globo*, tanto em 1964 quanto no *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Já a dissertação de Ubinski (2014) analisa o posicionamento político da *Folha de São Paulo* e o uso de Charges, complementando informações trazidas nos editoriais.

2.1 CONJUNTURA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1964

A polarização e o aumento da tensão na política brasileira não iniciou com as reformas de base de Goulart, muito pelo contrário. Desde o primeiro momento que João Goulart assumiu a presidência da República, sofreu com uma forte desestabilização de seu governo. Seja pelo regime parlamentarista ou por atos da oposição. Nas palavras de Bandeira (1983, p. 65), a desestabilização tinha o “esforço de corrupção e de intrigas, para influir nas eleições, impor diretrizes ao Congresso, carcomer os alicerces do Governo e derrocar o regime democrático.”

Ou seja, João Goulart não era bem-visto pelo empresariado, grande mídia e parcela dos militares. Desde que assumiu a presidência do Brasil, no ano de 1961, Goulart só conseguiu o retorno do presidencialismo em 1963, onde atingiu uma boa adesão popular na votação, evidenciando um importante amparo de parte da população para si.

Se de um lado do campo ideológico a direita buscava uma desestabilização do governo, no lado oposto havia uma busca por melhores condições para os trabalhadores. Apenas de uma forte campanha de oposição contra o “comunismo” de Goulart, sua atuação política não condizia para tal. Referente às ações de Goulart, podemos dizer que:

O comunismo era o CGT, esse esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes dominantes, pretendendo comprimir salários, queriam interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Erra tudo o que contrariava os interesses do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença do Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores (BANDEIRA, 1983, p. 178).

Dito isso, João Goulart não tinha pretensões de dar continuidade no governo para além do mandato presidencial. Em outras palavras, ele não almejava dar um golpe na democracia vigente, mas sim, fazer as “reformas de base” que o Brasil necessitava para o seu desenvolvimento.

Portanto, segundo Fico (2008, p. 73), “não há nenhuma evidência empírica de que Goulart planejasse um golpe e todos sabemos que um golpe era planejado contra ele”. Tal fundamento contribui para desconstruir a visão de contra-golpe dos militares, ou melhor, de um suposto “golpe preventivo” articulado pelos militares e demais setores dominantes brasileiros.

É evidente que no período de 1961 até 1963 houve um forte movimento de desestabilização do Governo Goulart, fomentado por setores da burguesia nacional e estrangeira² contra Goulart. À medida que as reformas de base ganharam adesão popular e, a avaliação do governo acompanhou este movimento, a desestabilização caminhou para uma efetiva conspiração contra João Goulart, objetivando, de qualquer forma, tirá-lo da presidência. Contudo, não significa dizer

² Será aprofundado no subcapítulo 2.2.

que estes dois momentos são desconexos, afinal, a campanha de desestabilização buscava:

Enfraquecer o governo, bloquear quaisquer pretensões continuístas do presidente e torná-lo um 'eleitor fraco' na campanha presidencial de 1965, essas eram alternativas admissíveis para personagens que, depois, optariam definitivamente pelo golpe (FICO, 2008, p. 76).

Em síntese, esse embate, vivenciado desde 1961 e gradativamente se intensificando, especialmente no início de 1964, fez parte do cenário brasileiro, com destaque para alguns setores da sociedade brasileira.

2.2 ATORES GOLPISTAS: EMPRESARIADO, GRANDE MÍDIA E MILITARES

A deposição e a consumação do golpe contra João Goulart não foi de competência apenas de uma parcela dos militares brasileiros, e sim, contou com a contribuição de uma gama de setores da sociedade brasileira e também estrangeira, mesmo que a materialização da destituição tenha sido dada pelos militares brasileiros. Entretanto, para que fosse possível tal ação, foi necessário toda uma construção de narrativa que legitima a operação, que passa por uma rede de financiamentos da burguesia nacional e estrangeira, narrativas na grande mídia e, por fim, desfecho dos militares.

O empresariado brasileiro, receosos dos posicionamentos de João Goulart, articulou uma rede de financiamento de instituições para atuarem contrários ao governo, patrocinando a construção e a funcionalidade de entidades como o IPES e o IBAD, em estreito contato com a Agência Central de Informações (CIA) (BANDEIRA, 1983). Estas instituições expandiram seus tentáculos em diversas frações da sociedade, no intuito de influenciar estas categorias, seja patrocinando marchas ou persuadindo seus trabalhadores. O discurso da burguesia nacional ia além do desagrado perante o trabalhismo de Goulart, pois aspira uma troca na presidência e conseqüentemente, garantias de que o mesmo não retorne ao poder. Ou seja, as ações de políticos e empresários, entrelaçados, "visava a assustar não somente os militares anticomunistas, mas, também, os demais setores das classes dominantes, radicalizando-os e predispondo-os, psicologicamente, para a aceitação do golpe de estado" (BANDEIRA, 1983, p. 66). Portanto, era um trabalho

ideológico arquitetado. Além disso, em consonância com a burguesia nacional, havia uma atuação maciça da burguesia estrangeira no Brasil.

Reverberando as aflições e medos do empresariado brasileiro, a grande mídia tinha a função de cobrar e reivindicar uma alteração nas medidas do presidente da república. A *Folha de São Paulo*, enquanto formador de opinião, idealizava propriamente formar a opinião de seus leitores. Com isso, é possível identificar que:

A Folha de São Paulo demonstra, como uma imprensa formadora de opinião, liberal, e voltada para o crescimento econômico atuou durante o primeiro período da ditadura militar, até a promulgação do segundo Ato Institucional, vendendo a seus leitores um discurso pronto, em que se colocou como porta voz deste mesmo leitor, característica essa que está presente tanto nos discursos editoriais quanto nas charges, que pretendem convencer o leitor das posições mais acertadas a serem tomadas com relação à política. Também demonstrou, como a partir da construção de inimigos ideais, se defende um governo golpista, que, apesar de passar por cima da constituição para institucionalizar um golpe, é justificável sua atuação, em prol do que se chamou de bem comum (UBINSKI, 2014, p. 115).

Esse bem comum que unia um conjunto de setores brasileiros. E a atribuição da *Folha de São Paulo* enquanto grande mídia era justamente de dizer o que a sociedade civil deveria pensar de João Goulart, isto é, radicalizar os setores da sociedade e deslegitimar a figura do presidente, colocando-o como um irresponsável, e conseqüentemente, atribuindo a inflação e a alta nos preços ao próprio Goulart. Do ponto de vista do grupo da *Folha de São Paulo*, a sua função social era de estar “a serviço do Brasil”, portanto, sua reivindicação era legítima e precisava ser ouvida, uma vez que, estando a serviço do Brasil, ela ecoava a vontade da população. Vista disso, o jornal buscava não apenas direcionar a opinião de seu público, mas também argumentar com o próprio João Goulart, seja em tom de conselho, cobrança ou advertência (GUERRA, 2018).

O terceiro setor fundamental para a construção e realização do golpe foi dos militares, porém, este mais heterogêneo, pois uma parcela dos militares tinha apreço ao João Goulart. Entretanto, uma parcela significativa tinha forte influência norte-americana, que foi impulsionada com o financiamento de ações do IPES, por exemplo, que contratou militares reformados para construir um serviço de inteligência objetivando colher dados de uma suposta infiltração comunista no

governo. Uma vez que encontrados, seriam distribuídos clandestinamente entre os oficiais de alto comando, por todo o território nacional (BANDEIRA, 1983).

A partir disso, o que se viu foi:

O progressivo deslocamento da oficialidade das Forças Armadas para o campo de oposição espelhava o comportamento das classes dominantes, alinhando-se latifundiários, comerciantes, banqueiros e industriais para destruir um Governo que não correspondia às suas expectativas mais imediatas (BANDEIRA, 1983, p. 147).

Com isso, a classe alta estava organizada e potente para radicalizar uma direita na oposição ao governo de João Goulart. Todo o aparato financeiro, midiático e armado estava em consonância em contrariedade ao governo. Para compreender o caráter elitista da deposição de Jango, é possível verificar a declaração do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, que após a efetivação do golpe e o início das medidas de repressão, como invasões a lares, comentou a *Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade*, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964, dizendo que “a única nota triste era a participação obviamente limitada das classes baixas” (BANDEIRA, 1983, p. 182). Portanto, fica evidente o caráter e as motivações para a deposição de João Goulart.

2.3 INTERFERÊNCIA ESTADUNIDENSE

Como apontado no subcapítulo acima, os Estados Unidos possuíam um certo grau de interferência na política e na questão ideológica também, afinal, neste período a Guerra Fria permeia o debate público e conflitos entre nações. Dito isso, é preciso identificar a dimensão e as formas de influenciar a política brasileira.

Com a Guerra Fria, o discurso anticomunista se intensifica, principalmente após desencadear processos revolucionários na América Latina. Por isso, a construção de uma imagem negativa da URSS era rotineiro, onde os “vermelhos diabólicos” pretendiam dominar o mundo, ao contrário dos Estados Unidos, definidos como país da liberdade e democracia (CHOMSKY, 1996). Desta forma, os jornais tiveram grande influência na formação de opinião pública no decorrer da Guerra Fria, em especial, no país estudado, o Brasil.

Com o advento da Revolução Cubana, de 1959, os Estados Unidos redobram sua atenção para a América Latina e conseqüentemente, o receio de

acontecer uma revolução em algum outro país latino. Por isso, João Goulart era visto como uma ameaça, não apenas pela “cubanização” do Brasil, como também pela dívida externa. Conforme Fico (2008, p. 144) “o governo norte-americano tinha uma desconfiança que sob o Governo Goulart, a esquerda faria manobras para declarar a moratória ou repúdio dos débitos com os EUA”. Havia, portanto, uma preocupação de cunho econômico para o governo estadunidense, que poderia levá-los a tomar as medidas que fossem necessárias, visando o “bem maior”, isto é, seus interesses econômicos.

Nesse hiato de tempo em que João Goulart recuperou seus poderes de presidente e foi findado o período parlamentarista, sucedeu um fortalecimento da atuação dos Estados Unidos, principalmente na figura de seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon. Ele era a pessoa responsável por transmitir as informações importantes do cenário brasileiro para o governo estadunidense e por, em diálogo com o seu país, elaborar medidas cabíveis para direcionar entidades, empresários, políticos e demais categorias importantes no cenário de 1964. Essa influência aconteceu com forte apoio financeiro americano, onde recursos foram distribuídos e pagaram, inclusive, candidaturas pelo Brasil. Com o objetivo de ilustrar essa movimentação financeira efetuada pelo embaixador Gordon, destaco uma nota apurada por Bandeira (1983, p. 73):

Na nota que divulgou, relacionando as despesas feitas pela Embaixada com as verbas do Fundo do Trigo, Gordon referiu-se apenas aos 20% para custeio da representação diplomática de seu país, esquecendo-se dos outros 20% que lhe eram entregues para distribuir como doações feitas ao seu exclusivo critério. Também não especificou as despesas realizadas. Englobou-se em rubricas genéricas: Despesas médicas, Viagens. Vários suprimentos e equipamentos etc. Mesmo assim deixou claro que, entre maio e agosto de 1962, isto é, em plena campanha eleitoral e no período mais intenso das atividades do IBAD, ele gastou 2 bilhões. Só com impressão, assinaturas de jornais e periódicos, material de escritório etc. (rubrica vários suplementos) despendeu Cr\$ 725.600.000,00. As viagens lhe custaram 119 milhões e os transportes, mais 75 milhões. As comunicações (correios, fretes, telefonemas e telegramas) somaram 293 milhões. Mas com o Intercâmbio educacional seus gastos foram parcimoniosos: 10 milhões apenas.

Desta forma os Estados Unidos patrocinaram a campanha de desestabilização do governo de João Goulart, além de financiar campanhas de oposição ao governo. Além dessa campanha de desestabilização do governo, Lincoln Gordon também elaborou um documento cuja finalidade era construir um

“plano de contingência” para o Brasil, trazendo várias alternativas possíveis para um desfecho em favor dos EUA. Neste documento, uma das possibilidades era a tomada de poder sob Goulart, através de um golpe (FICO, 2008). O intrigante deste documento, é justamente a semelhança entre o plano de 1963 e a forma que ocorreu a deposição de Goulart. Conforme o próprio historiador:

Surpreende a coincidência entre as diretrizes definidas no plano de dezembro de 1963 e aquilo que conspiradores brasileiros fizeram no final de março de 1964. Tratava-se de um indício eloquente de que os brasileiros que derrubaram Goulart observaram algumas das sugestões estabelecidas em 1963, no plano de contingência norte-americano (FICO, 2008, p. 175).

Portanto, para além do quesito financeiro, ocorreu uma indução de como fazer a deposição do presidente brasileiro. Por último, o governo estadunidense disponibilizou, caso fosse necessário, um suporte militar. Todavia, era restrito para uso em caso de resistência de João Goulart, pois foi almejado a materialização do golpe o mais próximo possível de uma falsa legalidade. Sobre isso, Bandeira (1983, p. 175) diz que “se Goulart resistisse, as tropas norte-americanas invadiriam o Brasil, a ‘pedido’ dos Estados rebeldes, que formariam seu próprio Governo, com ou sem cobertura do Congresso”.

Entretanto, com a não resistência de João Goulart e seu governo, não foi necessário uma intervenção direta do aparato militar estadunidense, dando uma impressão de que não houve uma interferência.

2.4 JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO E PIONEIRO EM 1964

A *Folha de São Paulo*, com uma linha editorial afinada a grande mídia brasileira, atuou em favor do empresariado e buscou uma desestabilização do governo de João Goulart. Nesta parte do capítulo será analisado o posicionamento da *Folha de São Paulo*, assim como um possível espelhamento no jornal *Pioneiro*, de Caxias do Sul.

A respeito do editorial da *Folha de São Paulo*, é oportuno citar a forma de que o jornal atuou ao longo de sua trajetória, isto é, de que maneira costumava se comunicar com seus leitores e, ao mesmo tempo, interpretar e apresentar as

notícias à nível nacional. Sobre a perspectiva editorial do jornal, Ubinski (2014, p. 87) enuncia que:

A *Folha* manteve-se na linha editorial fiscalista, que constituía-se assim desde a década de 1950, a partir da direção de Nabantino Ramos, em que sempre procurava denunciar as ações governamentais, podemos perceber isso principalmente com os últimos meses do governo de João Goulart. Porém, quando do sucesso do Golpe Militar, a postura de observadora do governo é mantida, mas com uma característica que nem de longe era a mantida durante o governo de João Goulart. Seus editoriais e charges vão dar lugar a uma fiscalização mais branda, que procura sugerir, auxiliar e elogiar as ações do governo, quase como um porta-voz das ações e um conselheiro de plantão, pronto para dar o suporte público ao governo golpista.

Com a materialização do golpe e a tomada de poder por parte dos militares, a *Folha de São Paulo* altera a forma de fazer o jornalismo, relativizando os atos dos militares em prol de uma caça aos comunistas do país. Esse suporte midiático auxiliou na normalização da violência empregada pelos militares, visto que era para um bem maior, para um bem patriótico, segundo o ponto de vista do jornal em questão. No que refere-se ao padrão do esqueleto do jornal, a *Folha de São Paulo*:

Elaborava manchetes principais localizadas no centro superior da página. Diagramadas em letras minúsculas e sublinhadas como padrão estético recorrente. Porém, no dia 30 de março de 1964, o clima de tensão pré-golpe militar alterou o formato habitual do título da manchete (GUERRA, 2018, p. 91).

Portanto, devido a conjuntura do momento, com acirramento do ambiente político, a *Folha de São Paulo* alterou um formato até então engessado e padronizado. A forma que a *Folha de São Paulo* atuou contra a figura de João Goulart não gera surpresa se levarmos em consideração a construção ideológica da mesma. De acordo com Ubinski (2014, p. 32):

Podemos determinar que a desconstrução política que foi efetivada pela *Folha de São Paulo* contra a figura de João Goulart é determinada pela própria postura ideológica assumida pelos seus editores, uma postura liberal, em defesa dos valores democráticos. Ao que, João Goulart era considerado antidemocrático, e muitas vezes defensor dos ideais comunistas, contrariando as ideologias inerentes ao jornal.

Essa postura contrária ao almejado por João Goulart também é vista em editoriais do *Pioneiro*, principalmente no que tange a esfera econômica do país e

da cidade. Na primeira edição do ano de 1964, é visto em ambos os jornais um viés crítico com o ano anterior e, em busca de um ano melhor, frisando a questão política e econômica. De um lado a *Folha de São Paulo* dando relevância referente ao Brasil, já o *Pioneiro*, colocando as dificuldades do município na frente e a nacional em segundo plano. Abaixo consta um fragmento do editorial da *Folha de São Paulo*, de 1964:

Dessa falta de orientação, ligada à constante agitação e à repetida paralisação de portos e serviços essenciais, outra coisa não se poderia esperar senão o crescimento da inflação, que é hoje um verdadeiro martírio para o povo brasileiro (FOLHA DE SÃO PAULO, 1964a, p. 16).

Na mesma perspectiva, a expectativa não são boas para o *Pioneiro* no ano que se inicia. Conforme o editorial do *Pioneiro*, é dito que “tenho medo de 1964. Pode ele mandar-nos uma revolução, ou ainda a mais estúpida radicalização política” (PIONEIRO, 1964a, p. 2).

Ambos editoriais, ao concluir o ano de 1963, fazem críticas ao momento do país, principalmente a *Folha de São Paulo*, que usou um tom mais forte e ofensivo frente ao governo de João Goulart. Na *Folha de São Paulo* é ressaltada a questão política do país, ao contrário do *Pioneiro*, onde é explorado várias temáticas e, próximo de finalizar o texto, é feita a crítica pontual ao momento político brasileiro. No editorial do próximo início de ano, em janeiro de 1965, onde a *Folha de São Paulo* traz um balanço sobre 1964, é apontada uma melhora em relação ao ano passado:

Se cotejarmos esta época com a mesma do ano passado, veremos que a situação do país melhorou. Iniciamos 1964 sob o signo de um governo que já destruirá toda ilusão que se pudesse alimentar quanto a sua capacidade de promover o bem-estar social, a recuperação econômica e a pacificação política do país. Nos meses que se seguiram, radicalizaram-se os antagonismos que separavam os brasileiros, sob a égide e o influxo do próprio governo. Em princípios de março estavam evidentes, de um lado, a extrema fraqueza de quem deveria encarnar a autoridade do país e, de outro, paradoxalmente, os esforços desenvolvidos para tentar restaurá-la por meios espúrios, como a agitação das massas, a mobilização de sindicatos controlados por pelegos, a divisão das Forças Armadas, a subversão e a desordem – de onde, talvez, se contava pudesse emergir um governo totalitário de esquerda. Contra isso se fez uma Revolução. Iniciada nas ruas, por grandes parcelas do povo, incontaminadas da pregação demagógica do governo deposto, tomou forma e chegou a vitória por obra e graça das Forças Armadas, que fiéis à sua vocação patriótica e democrática, em tempo reagiram aos que a queriam desunir. Realizaram assim os militares aquilo que a maioria da população brasileira, cristã, ordeira e visceralmente contrária ao comunismo, estava desejando (FOLHA DE SÃO PAULO, 1965, p. 4).

O comício de 13 de março, protagonizado por João Goulart, também foi alvo de críticas dos dois jornais, entretanto, a linguagem empregada é distinta. A *Folha de São Paulo* proferiu críticas diretas e abertas ao Goulart, sem rodeios, acusando-o de “comunistas”, assim como os demais participantes do ato. A *Folha de São Paulo* também indaga a motivação pela realização do ato, não entendendo para quê uma ação radicalizante como a feita pelo Goulart, o que pode ser observado na Figura 1. Em contrapartida, o *Pioneiro* constrói um editorial sem se posicionar claramente sobre o comício, porém, ao trazer argumentos contrários a manifestação, usa elementos como “*elementos da oposição entendem*”, “*afirma-se ainda que*”, “*segundo propalou a imprensa ontem*” e “*acredita-se que*”. Portanto, ao usar estes termos, omite-se de uma responsabilização pelo posicionamento, ao mesmo tempo que elenca suposições duvidosas com teor negativo no que diz respeito à ação de João Goulart. Contudo, ao término do editorial, o *Pioneiro*, referindo-se a situação política nacional, diz que o “horizonte é sombrio”, e acrescenta críticas negativas a situação econômica do país, que teria piorado por consequência do presidente João Goulart.

Figura 1 – Editorial da *Folha de São Paulo* de 1964

Cate

SANTOS — O tipo 4, estilo Santos, foi co-
nhecido ontem ao preço de Cr\$ 4.985,00 por 10
quilos e o mercado funcionou normal.

RIO — Este mercado não funcionou on-
tem.

PARANAGUÁ — O tipo 4, mole, foi cotado
nesta tarde, ontem, ao preço de Cr\$ 3.300,00
por 10 quilos, e o mercado funcionou normal.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

FOLHA — Oficial Cr\$ 600,00 compra e Cr\$
620,00 venda (Itens de 4 a 7 da Instituição n.º
283).

FOLHA — Livro Cr\$ 1.140,00 compra e Cr\$
1.180,00 venda.

LITRA — Livro Cr\$ 3.360,72 compra e Cr\$
3.507,54 venda.

MERCADO NEGRO — Manual — Cr\$...
1.480,00 compra e Cr\$ 1.510,00 venda. Paralelo
Cr\$ 1.400,00 compra e Cr\$ 1.450,00 venda.

Para quê?

Depois de uma longa, sensacio-
nalista e até por vezes ridícula
preparação psicológica, realizou-
se sem maiores incidentes, como
era de esperar, o comício que as
esquerdas promoveram na Gua-
nabara.

O tom foi aquele que se espera-
va, porém os atos realizados for-
am maiores, sem dúvida, do que
seria de pensar, pois, além de
anunciar a assinatura do decreto
de desapropriação, da SUPRA, o
presidente também comunicou a
assinatura do decreto de desapropriação
de todas as refinarias
particulares.

A pregação reformista de sem-
pre, sem o menor esforço para
dar-lhe o conteúdo pelo qual se
interessam tantos brasileiros sin-
ceros, que reconhecem a necessi-
dade de muitas reformas, porém
feitas com honestidade. E nessa
pregação, os ataques costumeiros
à Constituição que o presidente
jurou defender e respeitar, e a
afirmação, sem dúvida lamentá-
vel, de que a multidão vale mais
que a Constituição. Lamentável
especialmente quando se pensa
em termos daquela multidão, ar-
regimentada, como todos sabem,
para bater palmas nas horas cer-
tas às palavras do presidente, que
se porta como um pré-“fuehrer”.
E também, nessa pregação, a in-
sistência de que o poder publi-
co não se oporia aos que inva-

dissem terras, num evidente con-
vite à desordem e à ilegalidade
(não se falou, em nenhum mo-
mento, na lei e na legalidade, se-
não para enxovalhar a lei máxi-
ma do país). Isto, para não lem-
brar a infeliz referência ao rosário
das senhoras mineiras, numa
demonstração de que nada mais
se acha o governo disposto a
respeitar. E para não falar tam-
bem das referências à legalização
do comunismo no país.

É tempo de perguntar qual a
verdadeira finalidade desse comi-
cio. Assinar os decretos da SU-
PRA e da desapropriação das re-
finarias particulares constituiria
na verdade ato que, por mais
transcendental que o considere o
governo, dispensaria o espetáculo
e o cenário organizados à custa
do dinheiro do povo. Com mais
dignidade far-se-ia a assinatura
longe do ambiente de agitação e
passionalismo do comício.

Dar uma demonstração de for-
ça, eis outro objetivo que nem se
deve considerar, porque a um
presidente, num país tranquilo
como o nosso, não é difícil reu-
nir a multidão que queira e orga-
nizar os mais vistosos espetácu-
los de pirotecnia. Incitar o po-
vo, com essa demonstração, con-
tra determinados obstáculos que
se opõem às ambições do pre-
sidente e de seus aulicos? Talvez
especialmente quando se consi-
dera que o comício foi organizado

na Guanabara, em completa ofen-
sa à lei daquele Estado, e que o
presidente, deixando de lado a
dignidade natural de seu cargo,
não poucas vezes agiu no comício
como um chefe de Estado que
deseja, a qualquer preço, evitar
que determinado candidato possa
seguir aspirar ao cargo de presi-
dente, mediante eleição.

O que mais preocupa, entretan-
to, não é isso. É que a organiza-
ção e o tom do discurso têm mul-
to dos movimentos que os candi-
datos a ditador seguem, para ma-
tar a democracia — a democracia
tão rudemente caricaturada pelo
presidente em suas palavras. Em-
bora o sr. João Goulart haja de-
clarado que não tem propósitos
pessoais e que apenas pensa no
povo e em seu sucessor, as apa-
rencias permitem raciocinar as
avessas. O comício de ontem, se
não foi um comício de pré-ditadu-
ra, terá sido um comício de lan-
çamento de um espúrio movimen-
to de releição do próprio sr. João
Goulart. Resta saber se as For-
ças Armadas, peça fundamental
para qualquer mudança desse ti-
po, preferirão ficar com o sr.
João Goulart, tralindo a Constitui-
ção e a pátria, ou permanecer
fiéis àquilo que devem defender,
isto é, a Constituição, a pátria e
as instituições. Por sua tradição,
elas não haverão de permitir essa
burla.



Fonte: Folha de São Paulo (1964a, p.4).

Outro ponto importante deste editorial, é a forma que o *Pioneiro* divide os argumentos contrários e a favor das reformas de base em quatro grupos, dois mais à esquerda, dois mais à direita. No campo da direita, teria o grupo que vê a necessidade de reformas, porém, dentro da Constituição, sem alterar a Carta Magna brasileira. O segundo grupo é contra qualquer forma de reforma e, para isso, busca o *impeachment* de Goulart, acusando-o de planejar um golpe e impor uma ditadura. O primeiro grupo à esquerda, é denominado como “esquerda radical”, onde atua, por exemplo, o trabalhista Leonel Brizola. Estes, antidemocráticos, estariam buscando a dissolução do Congresso e uma nova Constituição, por intermédio de um plebiscito. Por último, a parte da esquerda que “choca-se” com o de Brizola, e busca as reformas por meios persuasivos menos inoportunos. Ou seja, o *Pioneiro* isola o campo da esquerda representada por Leonel Brizola e João Goulart³, colocando-os em embate inclusive contra parte da própria esquerda. Ao mesmo tempo, culpabiliza esta esquerda pelo tensionamento

³Este procedimento de isolar grupo político e/ou uma figura específica ocorreu novamente em 2016, com a presidenta Dilma Rousseff. No decorrer do capítulo 3 será esmiuçado esta questão.

e risco de guerra civil no país, entretanto, relativiza o ímpeto da direita em buscar o *impeachment* de Goulart, eximindo-os de culpabilidade pela radicalização do país.

Em outras palavras, a *Folha de São Paulo* tem um posicionamento categórico em contraponto ao comício da central, utilizando de seu alcance para proferir fortes insultos e insinuações ao Goulart. Já o *Pioneiro*, mesmo recorrendo a citações de terceiros, evidencia o seu ponto de vista e usa, assim como a *Folha de São Paulo*, o seu alcance para condenar a atitude supostamente antidemocrática de João Goulart. De forma diferente, ambos criminalizam o comício da central de 13 de março de 1964.

Outro ponto em consonância da repercussão nacional e municipal é o conceito usado para definir a deposição de João Goulart. Um e outro usam o conceito de “revolução” e traz um semblante positivo ao discorrer sobre os acontecimentos a nível nacional. O editorial da *Folha de São Paulo* de 12 de abril de 1964 destoa do padrão estético adotado pelo jornal, sendo mais longo do que os outros. Acerca do conteúdo, é celebrado a “revolução”, isto é, a tomada de poder por parte dos militares, removendo o comunismo do país (GUERRA, 2018).

No mesmo período, em 11 de abril de 1964, o jornal *Pioneiro* publicou um longo editorial, de uma página inteira, elencando os motivos que levaram os militares a fazerem a “revolução”. Ambos os jornais usam um forte discurso anticomunista e antissindicalista, com críticas a situação do país sob a presidência de Goulart. Além disso, há uma frequência de comentários positivos no que refere-se à atuação dos militares, mesmo contendo censura e coerção.

Figura 2 – Editorial da *Folha de São Paulo* de 1964

Carlos Heitor Cony

Machado de Assis

Café

Revolução definida

Política na opinião alheia

Serviço publico

Jornal velho

Não houve

Congresso

Estranho

Natimortos

ISEB

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

Revolução definida

Mais do que oportuna a entrevista concedida pelo ministro da Guerra, gen. Artur de Costa e Silva, a respeito da situação nacional, e mais oportuna ainda a declaração que ele fez de que o Alto Comando Revolucionário não faz distinção alguma à imprensa, afere a que concorre na publicação de notícias substanciais ou corriqueiras.

Nesta revolução todos os observadores estavam certos, desde o início, a falta de uma clara definição do acontecimento. Conhecendo apenas o aspecto exterior das operações que se desdobravam desde a substituição do governo do Minas até a fuga do presidente Getúlio e pouco estranho em verdadeiro estado de emergência política para apreciarem várias opiniões e prioridades.

Se desde o começo se houvesse definido a intenção da revolução pelo movimento e se houvesse considerado, como queria o ditador, o que depois apareceu como Alto Comando Revolucionário, é grave que a situação de governar não a fim de sinal quinquênio, poderia ter sido feita mais precisamente, ao menos em termos que se evitasse certas interferências políticas e desorganizadas.

Não haveria o país, então, permanecendo alguma coisa a situação atual, com o fim de sinal quinquênio, poderia ter sido feita mais precisamente, ao menos em termos que se evitasse certas interferências políticas e desorganizadas.

Daí a explicação do Ato Institucional, que, estabelecendo uma clara e responsável pela Revolução, ao mesmo tempo, em cada situação, dá a cada situação a medida certa de disciplina que lhe pertence, em matéria de garantias constitucionais. Há uma norma a seguir, sempre essa a que se subordina todo o poder, todas as instituições, todas as autoridades. É uma limitação, em direito, uma grave limitação, porém uma limitação sã, necessária e explícita.

E daí também o interesse de o ministro da Guerra, que falou já dentro desse esquema político

Comunista

Corruptos

Política na opinião alheia

Serviço publico

Jornal velho

Não houve

Congresso

Estranho

Natimortos

ISEB

Fonte: *Folha de São Paulo* (1964b, p. 4).

Enquanto a *Folha de São Paulo* traz elementos para evidenciar a confirmação da “revolução”, como pode ser observado na Figura 2. O *Pioneiro* comemora a ação dos militares e as medidas tomadas, como a perseguição aos comunistas, demonstrada na Figura 3.

Figura 3 – Editorial *Pioneiro* de 1964



Fonte: *Pioneiro* (1964d, p. 5).

Outra conformidade entre os discursos dos jornais trabalhados é a forma de se dirigir para as Forças Armadas brasileiras, onde é visto um excesso de glorificação e elogios a sua atuação. Em uma publicação em 14 de março de 1964, isto é, logo após o comício da central e antes da consumação do golpe, a *Folha de São Paulo* indagou as Forças Armadas sobre ficarão ao lado de João Goulart, tendo em vista que este estaria traído a Constituição e a Pátria. Nesta dicotomia, caso não estivessem com Goulart, estariam sendo fiéis àquilo que juraram defender, Constituição, pátria e as instituições, num momento de pressão perante a categoria. Contudo, finalizado o texto dizendo que “por sua tradição, eles não haverão de permitir essa burla” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1964a, p. 4).

Em comparação, o *Pioneiro*, em 4 de abril de 1964, constrói inúmeros elogios à atuação dos militares caxienses, pois estariam “desde o início unido no combate ao comunismo” (PIONEIRO, 1964d, p. 4). Tendo iniciado as ações

truculentas em nome da “revolução”, o jornal, satisfeito com a suposta limpeza, não mede elogios para as Forças Armadas brasileiras.

Uma singularidade da conjuntura anterior ao golpe de 1964 é exemplificada por uma alteração em uma das colunas que frequentemente estavam localizadas na capa do jornal *Pioneiro*. No período anterior ao comício de 13 de março, a capa do jornal caxiense contava com uma coluna denominada “política nacional”, onde eram discutidas ações do Governo Federal que tinha pertinência para Caxias do Sul, como mostra a Figura 4. Contudo, com o acirramento no campo ideológico e, principalmente, após o comício protagonizado por João Goulart, a nomenclatura da coluna foi alterada, passando a se chamar “situação nacional”, conforme a Figura 5.

Figura 4 – Editorial *Pioneiro* de 1964

CINEMAS

Consoante autorização da efetivamente a maioria é SUNAB, os cinemas de Caxias das mais sensíveis, receberam do Sul aumentará, a partir estabelecer os preços de 150 e de hoje os preços dos ingressos 70 cruzeiros, informando, outrossim, que poderão trabalhar por preços menores se de 150 e 80 cruzeiros, respectivamente, pela entrada intelectual inversões com a compra ra e meia entrada. de geradores própria, em face do prolongado racionamento, compreendendo que lo de energia elétrica.

Política Nacional

As atitudes do povo brasileiro estão voltadas para o comício anunciado para o dia 13 do corrente, na Guanabara, quando o Presidente João Goulart deverá assinar o decreto da SUPRA, que autoriza a desapropriação de terras improdutivas às margens das estradas federais, dos rios e dos aquedutos.

Elementos da oposição entendem que a realização daquela concentração é mais uma franca provocação ao Governador da Guanabara. Na expectativa de que haja movimentos visando impedir o comício, o próprio Ministro da Guerra organizou um mítico dispositivo de segurança, através do qual três mil homens protegerão o Presidente. Afirma-se ainda, que aquele ato será a semente para a deflagração de uma série de agitações em todo o país, com camponeses organizados para, naquela precisa data, invadirem terras pré-escolhidas.

Por outro lado, o Ministro da Justiça, segundo propalado a imprensa, nutre, ameaças momentâneas, intervenção federal na Guanabara, uma vez que o Governo daquele estado-requiere na justiça, a falência do Banco do Brasil, por não haver o estabelecimento oficial de crédito descontado um cheque de 750 milhões de cruzeiros, emitido pelo governo guanabarrino.

Acredita-se que a ameaça do Ministro da Justiça visa amedrontar Lacerda, pois que a intervenção estará condicionada às consequências do comício do dia 13.

Eoquanto isto, Ademar e João Calmon encontram-se em plena campanha. No Rio Grande do Sul, o Diretor Regional do PSD, por grande maioria, deliberou apoiar Juscelino Kubitschek. Contudo, ninguém poderá evitar a dissidência de alguns destacados elementos petrosistas que através de manifesto, já expressaram seu apoio à Lacerda.

Isto, por sua vez visitou a Bahia e lá também houve manifestações hostis, o que provavelmente, tenha sido o motivo para cancelar sua anunciada visita à Paraíba.

Na convenção nacional da UDN Lacerda terá de enfrentar Magalhães Pinto, que deseja também ser indicado. Contudo, é certo que Lacerda vencerá na convenção udonista e é, de momento o candidato com maiores probabilidades de vir a ser eleito.

Tomando isto, elementos chegados ao Presidente João Goulart, estão insistindo para que sua senhoria disponha-se a displicar a reeleição, para o que será necessário modificar a constituição federal. Existem aqueles elementos que somente Jango poderá enfrentar, com possibilidade de sucesso, a candidatura Lacerda, já que na própria área do PSD há dissidência que poderão enfraquecer bastante a candidatura Juscelino.

Outro fato significativo, é a recusa de Carvalho Pinto em concorrer à Prefeitura de São Paulo. Isto demonstra que o ex-Ministro da Fazenda tem esperanças de vir a se ar ar condições para que também ele concorra à Presidência da República.

Entretanto em última instância, os rumos da política nacional cujos horizontes são os mais sombrios, serão ditados pela situação econômica, que tem se agravado consideravelmente nos últimos dias, diante dos novos e exorbitantes aumentos do custo de vida e da dissipação do Governo Federal e da SUNAB, de agir rigorosamente contra os especuladores, o que porém, constitua-se de medida de efeito paliativo, pois as raízes da crise econômica são muito mais profundas.

Por fim, estourou um escândalo, relacionado com o grupo Simonsen, que teria dado um prejuízo de 50 bilhões ao Banco do Brasil e ao BCB, fato que está sendo intensamente explorado pela imprensa.

V. B.

Repercu

Cumprido ao que se tratava uma Comissão do Sindicato das Indústrias Meta-

O flagrante admo fixa a via Gazôia à Usina de Emer

REPRESENTANTES DO AERO CLUBE VISITARAM PETROBRAS

Dirigentes, pilotos e alunos do Aéro Clube de Caxias do Sul visitaram, ontem, a Refinaria Alberto Pasqualini, que está sendo construída pela Petrobrás, no município de Caxias.

Na próxima quinta-feira, entendem convite que lhes foi formulado neste sentido, vários jornalistas caxienses visitarão também, aquelas obras.

<<PIONEIRO>> A Grande Campanha

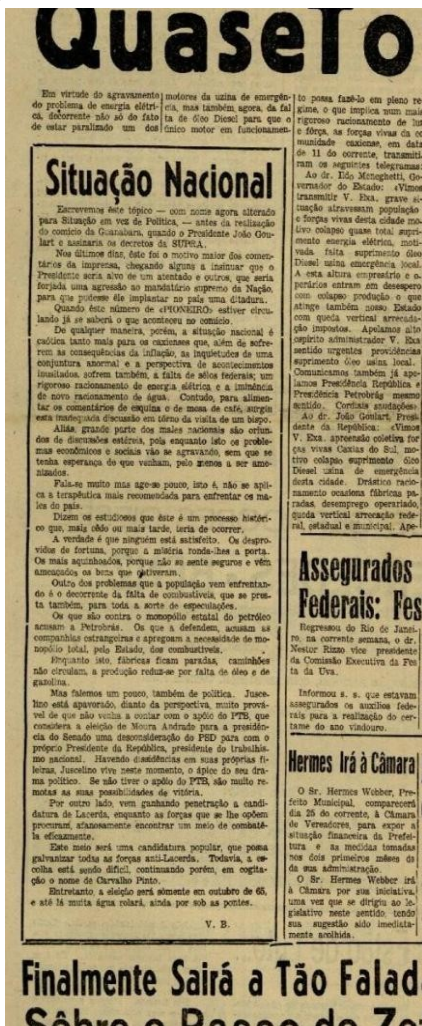
Os caxienses e turistas que deste fim de semana circularão com seus automóveis e motocicletas, pelas avenidas da cidade, serão convidados a colaborar com uma importância em dinheiro para a conclusão das obras do Educandário Pe- minino Santa Rita de Cássia.

Aquela que colaborar, receberá colado no parabrisa de seu carro um selo, como sinal,

Fonte: *Pioneiro* (1964b, p. 1).

O novo conceito é característico de algo mais momentâneo, passível de mudança a qualquer momento, de instabilidade. Tal leitura da realidade elucida o ambiente incerto e instável do período, assim como, a inquietude por parte de setores da sociedade a respeito da conjuntura do país.

Figura 5 – Editorial *Pioneiro* de 1964



Fonte: *Pioneiro* (1964c, p. 1).

Assim como a conjuntura política de 1964, em 2016 também foi palco de conflitos ideológicos, cobertos de eventos complexos e contraditórios. No capítulo seguinte se busca elucidar, assim como em 1964, várias categorias relevantes para o processo histórico.

3 IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Na seção anterior buscou-se analisar o posicionamento da *Folha de São Paulo* como representante da mídia nacional e um provável espelhamento dessa posição no *Pioneiro* de Caxias do Sul.

Neste capítulo objetiva-se analisar o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a partir da historização da conjuntura política do período prévio à sua deposição tendo como base empírica os dois jornais referidos. Para esta análise, será investigado os atores que participaram, isto é, do empresariado e da grande mídia, assim como as justificativas postas em debate. No que se refere ao processo de *impeachment*, será problematizado as contradições do procedimento, investigando uma possível parcialidade no caso. Com base no resultado desta última investigação, será debatido o conceito mais adequado para designar o processo de *impeachment*.

O referencial de análise utilizados foram: Bastos (2017), economista, que trabalhou a crise do Governo Dilma Rousseff e o processo para sua deposição. Braz (2017), com formação em Serviço Social, investigou o conceito de golpe nas ilusões com a democracia liberal, partindo também do processo de *impeachment* e da atuação da grande mídia. Para a análise editorial da *Folha de São Paulo* no período após o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff foram utilizados os trabalhos de Eliseu (2017) e também de Guerra (2018). O primeiro analisa as representações sociais na *Folha de São Paulo* durante o processo de *impeachment*. A segunda é realizado uma análise comparativa dos editoriais da *Folha de São Paulo* e do *O Globo*, tanto em 1964 quanto no *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

A última parte do capítulo abordará uma análise conceitual dos termos golpe e *impeachment*, utilizando os argumentos apresentados ao longo do capítulo para auxiliar na definição conceitual mais adequada ao processo analisado.

3.1 CONJUNTURA BRASILEIRA NO PERÍODO DO IMPEACHMENT

Assim como na conjuntura de 1964, em 2016 estava se arrastando uma crise política e econômica intensa, que ocupava as manchetes dos principais jornais brasileiros. Recaía sobre a presidente Dilma Rousseff a responsabilidade

por não ser capaz de retirar o país daquela estagnação no campo econômico, que resultava em um aumento inflacionário e também, na taxa de desemprego.

O segundo mandato da presidente Dilma Rousseff não foi uma simples continuidade de seus quatro primeiros anos. Neste primeiro período no poder, segundo Bastos (2017, p. 3) o “objetivo do governo Rousseff era imenso: eliminar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital [...] e, assim, força a ampliação do investimento produtivo e em infraestrutura”. Essa proposta vinha na contramão do realizado no chamado “pacto lulista”, o que não foi bem recebido pelo mercado financeiro. A execução desse projeto foi custoso para o governo, pois carecia de massiva campanha voltada pela opinião pública, objetivando a hegemonia da interpretação técnica e convencional perante a população (BASTOS, 2007). A partir disso, o capital financeiro se colocou enquanto economistas técnicos e apolíticos, e, por sua vez, os meios de comunicação taxaram o governo de irresponsável tecnicamente e de populista. Como consequência, houve um acirramento entre o governo e a oposição, somado a uma dificuldade do governo em lidar com as manifestações contrárias, perdendo também uma parcela de apoio popular.

Findado as eleições de 2014, com uma vitória apertada de Dilma sob o candidato tucano Aécio Neves, iniciou-se um mandato mais turbulento e acirrado do que o primeiro. Sobre o Governo Dilma Rousseff, Braz (2017, p. 87) explica que:

Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da presidência da república porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder ao mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava.

A medida de abandonar o seu plano de governo e executar uma fração considerável de seu oponente, isto é, do plano de governo que não ganhou as eleições, resultou na perda de uma parcela significativa da base de sustentação popular de seu governo, deixando-a sem governabilidade no Senado e sem base popular. Como agravante, foi acusada de estelionato eleitoral, ao passo que não deu continuidade no seu plano de governo.

Desse modo, já no segundo mandato, em 2015, o governo não conseguiu dar sequência nas propostas que achava necessárias. Foi um ano de estagnação, de conflitos e com um acirramento dos embates públicos. Como consequência, começou a ventilar a possibilidade, ainda que remota, de *impeachment* da presidente. Entretanto, sem formulações concretas de crimes de responsabilidade, mas sim, por sua incapacidade de governar e de tirar o Brasil da crise que se encontrava.

3.2 ARTICULAÇÃO DO *IMPEACHMENT*: EMPRESARIADO E GRANDE MÍDIA

Com a conjuntura posta, ânimos aflorados e o país novamente polarizado, inicia mais uma vez uma articulação para a possível saída de mais um presidente do Brasil.

Como visto no subcapítulo anterior, o mercado financeiro já fazia ofensiva oposicionista contra a Dilma Rousseff, chamando-a de irresponsável e incapaz. Para além disso, parte da grande burguesia nacional já encontrava-se descontente com as políticas sociais e trabalhistas vigentes até então. Principalmente a pasta trabalhista unificava segmentos importantes da burguesia nacional. Para Bastos (2017, p. 33):

Isso ajuda a explicar o porque os candidatos de oposição a Dilma em 2014, que prometiam a austeridade para conter os 'excessos' trabalhistas do governo defendiam as propostas de frente neoliberal, tiveram apoio ou ao menos, a 'inação conivente' de frações da burguesia que ganharam com as políticas desenvolvimentistas de proteção do espaço nacional e regional de acumulação de capital contra a concorrência das corporações multinacionais. De fato, a questão salarial, os gastos sociais e a regulação trabalhista tendiam a alinhar as diferentes frações da burguesia contra os trabalhadores, mesmo que estes fossem a base social e eleitoral que apoiou a frente neodesenvolvimentista em sua fase de consolidação.

Para o empresariado o pacto lulista não servia mais, era insuficiente. Nas palavras de Braz (2017, p. 94), o processo de:

O derrube de Dilma e do PT significa mais que um atentado à democracia: significa, para as classes dominantes, que é hora de uma nova hegemonia que crie condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas num cenário novo que substitua a fora hegemônica que até então serviu. Ou seja, se a forma anterior já não é mais eficaz, trata-se de construir um novo bloco de poder para criar as condições ideais.

Essa construção do novo bloco de poder contou com um largo aparato, com uma rede de sustentação. Teve apoio na Câmara e no Senado, com políticos insatisfeitos e preocupados com o apoio e incentivo de Dilma Rousseff ao combate à corrupção. O empresariado patrocinando manifestações, como o caso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que “pagou o pato” contra o governo. Contou também com a chancela da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dando a legitimidade de todo o processo. Houve apoio incalculável dos meios de comunicação, a grande mídia, usando um discurso técnico e apolítico em prol de seus objetivos foi abandonado em nome da sanha desestabilizadora. O conluio entre Legislativo, Judiciário, Polícia Federal (PF), mídia e organizações empresariais, como a FIESP, foi explícito (BRAZ, 2017).

Com isso, tinha-se a convicção de que o Governo Dilma Rousseff, assim como o Partido dos Trabalhadores (PT) no poder, não daria mais as condições de acumulação de que o capital precisa. A partir disso, buscava-se um motivo para a deposição da presidente.

Outros três pontos nessa articulação tiveram um importante papel na legitimação do processo. Primeiro foram as camadas médias da população brasileira, ameaçadas pelo avanço das classes populares através de programas de inclusão social. Referente ao ensino superior, conforme Bastos (2017, p. 35), “em 2002, 468 mil alunos completaram as atividades de graduação, mas em dezembro de 2013 o número de formandos de ensino superior chegava a 1,05 milhão, ou seja, um aumento de 124%”. Para além da esfera educacional, é possível destacar outras pastas, tais como: habitacional, renda para populações de baixa renda, área trabalhista, entre outras. Portanto, parte significativa da classe média, contrária a estes programas, foram às ruas protestar, com estímulo e incentivo dos grupos citados acima. Por último, cabe ressaltar o papel importante ocupado pelas redes sociais nesse processo, principalmente através de movimentos como o *Movimento Brasil Livre*, o *Endireita Brasil* e o *Vem pra Rua*.

3.3 IMPEACHMENT OU GOLPE? UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

Com o objetivo de debruçar sobre estes conceitos, é necessário realizar uma pesquisa conceitual. O *impeachment* trata-se de um processo legal, amparado pela Constituição que visa o impedimento de mandados do Executivo (prefeitos,

governadores e presidentes), que cometerem crimes de responsabilidade. O uso do *impeachment* em si, mesmo que seja seguido todos os procedimentos previstos em lei, não pode ser caracterizado simplesmente como legítimo e democrático, pois é preciso que tenha na acusação, elementos de crime de responsabilidade que legitimam todo o processo. Ou seja, o *impeachment* em si é orientado pela Constituição, entretanto, para efetuar a deposição de um político eleito pelo povo, é necessário que exista comprovação conforme solicita a própria Constituição. Se não há evidência de crime de responsabilidade e o *impeachment* é materializado, trata-se de uma ação antidemocrática, independente se todo o processo seguiu as etapas exigidas pela Carta Magna brasileira.

Utilizando o *Dicionário de Política*, “golpe de estado” pode ser caracterizado como:

um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 557).

Portanto, não necessariamente o golpe de estado é executado pelas Forças Armadas, podendo ela estar dando um apoio velado a ação empregada por outros órgãos do estado. Conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 557), as “consequências mais habituais do Golpe de Estado consistem na simples mudança de liderança política”.

Portanto, para analisar o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff é necessário desprender-se da concepção clássica do que é um golpe de estado. A visão clássica, isto é, do golpe do século XX se constitui em uma ruptura drástica com o governo até então eleito. Conta também com a participação direta dos militares, que materializam o golpe, como ocorreu em 1964 no Brasil. Entretanto, no século XXI, é visto a configuração de uma nova forma de impedimento de mandatos presidenciais, geralmente de governos situados no campo democrático-popular. Sobre essa nova maneira de depor um presidente, Braz (2017, p. 89) afirma que:

Não achamos que isso se constituiu num golpe clássico, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas,

ou seja com o aval da Justiça e do Legislativo. O *impeachment* vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma 'democrática' de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem mais ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos 'inconvenientes' não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discussões que apelam ao 'republicanismo' e, claro, à democracia.

Com isso, o rito constitucional empregado em processos de *impeachment* não necessariamente são republicanos e democráticos, muito menos estritamente técnicos. Pelo contrário, são operados conforme a ideologia dominante e com discurso ideológico com verniz de técnico, assim como realizado no "julgamento de incapacidade" de Dilma Rousseff frente à crise posta, conforme apontado neste capítulo.

Com isso, é possível partir do princípio de que o respeito pelo ritual constituinte para o impedimento de um presidente não configura necessariamente em um processo técnico democrático. Para isso, é viável e necessário avançar e problematizar aspectos questionáveis que constituíram todo o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

A acusação de *impeachment* se pautou principalmente nas "pedaladas fiscais", onde Dilma foi indiciada por crime de responsabilidade. Entretanto, na data de 14 de julho de 2016, o Ministério Público Federal (MPF), personalizada em Ivan Cláudio, emitiu um parecer atestando que as pedaladas fiscais não se configuram como operações de crédito. Assim como, em 27 de junho de 2016, peritos do Senado tinham proferido um parecer semelhante, que as operações ocorreram, contudo, sem ato comissivo de Dilma Rousseff (DIAS, 2018). Portanto, tanto o MPF e o Senado, averiguaram que não houve quaisquer crime de responsabilidade da presidenta, sendo contraditório, pouco mais de 60 dias depois, o próprio Senado aprovar o crime de responsabilidade.

Outra questão que suscita dúvidas refere-se à pessoa do deputado Eduardo Cunha, ocupando o cargo de presidente da Câmara dos Deputados e réu em diversos processos. Para além dele ser réu em vários processos, o mesmo aceitou a abertura do processo de *impeachment* no mesmo dia em que a bancada do PT votou favoravelmente à continuidade do processo de cassação de seu mandato (DIAS, 2018).

Por conseguinte, todo o julgamento e análise do processo da Dilma Rousseff foi realizado com inúmeras contradições e desconfiança, dando uma falsa impressão de luta contra corrupção, afinal, foi orquestrada por políticos com uma ficha abundante de suspeitas de corrupção. Por isso, segundo Braz (2017, p. 89), “o *impeachment* foi um ‘golpe democrático’ operado no âmbito da democracia burguesa em funcionamento. Foi, assim, um golpe nas ilusões democráticas geradas pelos limites próprios da ordem burguesa (e de sua democracia)”.

Em vista disso, no que diz respeito a nossa democracia, para Braz (2017, p. 90):

No Brasil, isso se torna mais complicado porque o *modus operandi* das classes dominantes sempre foi o de manter com a democracia uma relação exclusivamente instrumental. Ou seja, ela é útil quando favorece (ou não atrapalha) os interesses de classe dos dominantes. Assim foi em 1945, em 1954, em 1961, em 1964. Não necessariamente porque nesses momentos tínhamos governos que colidiam de maneira frontal com os interesses burgueses. Basta apenas existir um governo com algum ‘traço popular’, algum traço reformista (mesmo um ‘reformismo fraco’)-que já não mais sirva aos interesses dominantes - para que ele possa ser desestabilizado, por dentro e por fora, interna e externamente.

Ou seja, há limites claros até onde é possível avançar na democracia em voga, sempre dentro da democracia formal e operando conforme as necessidades das classes dominantes.

3.4 JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO E PIONEIRO

Neste subcapítulo será aprofundado a atuação dos jornais *Folha de São Paulo* e *Pioneiro*, objetivando averiguar se houve um posicionamento no que diz respeito ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Para uma análise dos editoriais da *Folha de São Paulo* serão utilizados os trabalhos de Eliseu (2017) e Guerra (2018). A partir desta análise, será visto se há um espelhamento da forma de atuar em âmbito municipal, sendo representado pelo *Pioneiro*.

Assim como ocorreu no início do ano de 1964, em 2016 também houve uma visão melancólica do ano que encerrou-se. Ambos editoriais utilizam o espaço para lamentar o ano de 2015 e com teor de esperança para que 2016 seja melhor. No editorial da *Folha de São Paulo* é focado na crise econômica, atribuindo-a à Dilma Rousseff (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016a). Já no *Pioneiro*, é dito que “é um ano

que termina com a presidente ameaçada de *impeachment*”, sem proferir quaisquer outros juízos (PIONEIRO, 2015, p. 3).

Figura 6 – Editorial da *Folha de São Paulo* de 2016

A2 **opinião** ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 1º DE JANEIRO DE 2016

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, CLOVIS ROSSI, CARLOS HECTOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)
Diretoria-executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURILLO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) E EDUARDO ALGARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Poucas esperanças

O ano começa sem boas perspectivas para a economia, que só deixará o estado de crise se houver soluções no campo político

Pelo menos no que diz respeito à economia, o ano que ora começa carrega poucas esperanças de renovação. A crise de 2015, infelizmente, continuará presente em 2016, e não se imagina que as dificuldades nessa área possam ser superadas sem que se resolva antes o enorme impasse no hoje infértil campo da política.

Há, a rigor, um aspecto novo, talvez até auspicioso: é cada vez mais claro a um número crescente de pessoas que acabou o dinheiro para irresponsabilidades do poder público. O próprio governo da presidente Dilma Rousseff (PT), campeão dos desastrosos administrativos, parece ter-se dado conta disso.

Iniciou-se sob a tutela de Joaquim Levy uma inflexão, ainda que caótica, na política econômica. Se ainda não mostra resultados palpáveis é porque, além do legado de erros acumulados, existem dúvidas de que a conversão do governo ao novo rumo seja permanente.

Dilma, com sua notória incompetência política e administrativa, alimenta incertezas e não encampa as reformas necessárias.

Em algumas frentes até houve sucesso, como no realinhamento das tarifas públicas e do câmbio. Na mais essencial, porém, houve tímido progresso: o ajuste das con-

tas públicas não tocou no tema do controle de gastos obrigatórios, em especial com a Previdência.

Em meio a esse rearranjo claudicante, o país amarga profunda recessão. Projeções recentes apontam para queda do PIB de quase 4% em 2015 e de pelo menos 2% em 2016. Com isso, Dilma terá ficado seis anos no Planalto sem que a economia tenha saído do lugar.

Essa é a dimensão da tragédia que se anuncia para os brasileiros.

Ao contrário das crises históricas, entretanto, desta vez não há insolvência em moeda estrangeira causada por dívida externa alta. O país dispõe de reservas.

O colapso do PIB deriva diretamente da paralisia decisória do setor privado, que por sua vez advém da percepção de que o governo não conseguirá estabilizar o crescimento da dívida. A questão, portanto, é puramente doméstica.

Caso Dilma Rousseff se mostre capaz de implementar uma agenda de reformas que façam as despesas crescerem menos que o PIB nos próximos anos, a confiança poderá voltar gradualmente, possibilitando novos investimentos e estabilização do câmbio e da inflação, além de cortes dos juros.

A continuidade da paralisia política, todavia, aprofundará a recessão e provocará uma contínua fuga de investimentos, com desvalorização adicional do real, juros ainda mais altos e a permanência do fantasma da inflação.

Mais do que nunca, em 2016 só a política poderá salvar a economia.

Espaço para inovação

Após maravilhar toda uma geração no final do século 20, a exploração do espaço extraterrestre andou em baixa nas graças do público após os desastres e a aposentadoria dos ônibus espaciais. Revigorada por um influxo de inova-

Falcon-9, foram meros seis meses.

Verdade que veículos como o Challenger eram muito mais caros e que sete pessoas morreram, o que motivou extensa investigação do caso. Mas também é fato que a Nasa se tornou um enorme apare-

Fonte: *Folha de São Paulo* (2016a, p. 2).



HÉLI
Ciêr

SÃO PAULO - Dilma Rousseff anunciou que o salário mínimo será de R\$ 880, um reajuste sobre os R\$ 788 que vigora em 2015. Leis que estabelecem parâmetros nacionais a serem seguidos por outros países que as adotam?

Se há um tema polêmico e nominalista, é o dos efeitos de mínimo sobre a pobreza e o emprego. Enxergamos com o lado positivo do piso salariaal o rendimento dos trabalhadores, o que faz justiça social e canalizaria a circulação de renda para a parcela da população que propensa a gastá-lo, o que é bom para o crescimento econômico.

Seus efeitos adversos se manifestam principalmente sobre o mercado de trabalho. Quando um piso é imposto em empresas com menos produtividade, os funcionários que não conseguem pagar o valor ou seja, os menos qualificados, são os mais afetados (o inexperience sua única arma para concor-

RE
Sem

BRASÍLIA - Muita gente quer mudar o sistema previdenciário do país é uma forma de não pagar aos desejos dos políticos do mercado financeiro e fiscalistas de plantão. Ledo

Se uma despesa avança com velocidade incomparável com a usada para bancá-la, só caminhos para corrigir a distorção é gerar mais dinheiro para pagar a festa ou pisa no freio.

O orçamento de um governo melhora ao de uma pessoa. Se seu salário é de mil reais, despesas bateram em mil reais, está na hora de pedir a lista de despesas para cortar o que não há mágica. O problema é que o assunto é Previdência, todo mundo espera a chegada do ilusório.

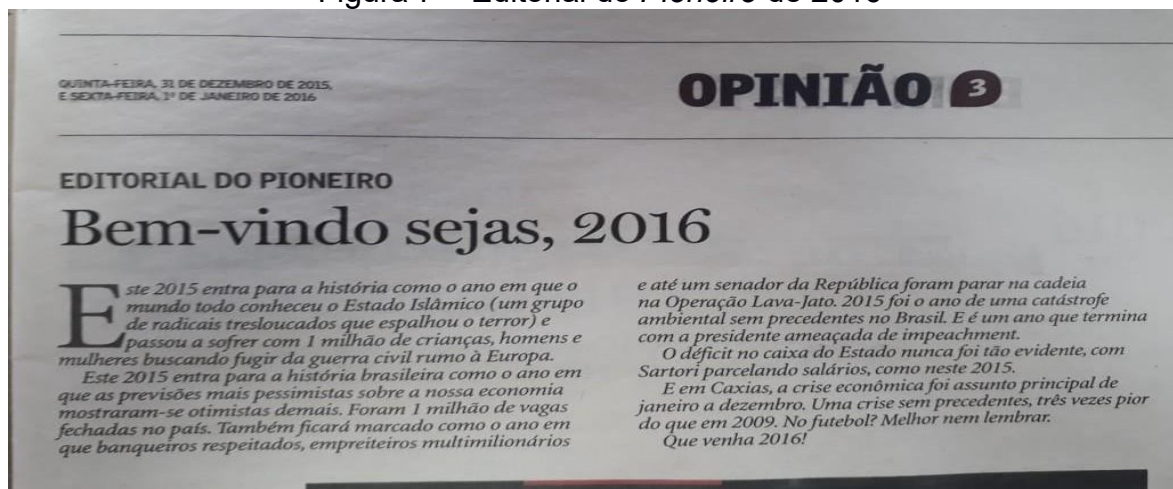
Governos só conseguem e o caixa cobrando mais impostos quem já paga tributos (muitos com bons olhos tal alter-

Então, chegamos à seguinte conclusão: a tesoura. Mas como cortar despesas num país tão carente

A *Folha de São Paulo*, ao introduzir o editorial “Poucas esperanças”, como é possível perceber na Figura 6, além de atribuir como um dos fatores a crise econômica, estabelece que, a não ser que ocorra uma solução no campo político. Enquanto isso, no editorial também pouco esperançoso do *Pioneiro*, é feito uma

seleção de fatores que contribuem para esse sentimento, na qual a crise do Estado está entre elas, conforme demonstra a Figura 7.

Figura 7 – Editorial do *Pioneiro* de 2016



Fonte: *Pioneiro* (2015, p. 3).

Outro ponto em comum é o termo “isolamento” para se referir a posição de Dilma Rousseff no palácio presidencial. Com certa regularidade, a *Folha de São Paulo* coloca a presidente sozinha, até mesmo perante ao seu partido. Ao mesmo tempo, quando a Dilma Rousseff sinalizou que se aproxima da oposição no que diz respeito ao plano de governo, o *Pioneiro* construiu um editorial denominado “saindo do isolamento”, representado pelo momento em que a presidente se aproxima da oposição para colocar em prática a agenda de austeridade, como o teto de gastos públicos, controle das contas públicas e a reforma da previdência. Esse editorial pode ser observado na Figura 8.

Figura 8 – Editorial do *Pioneiro* de 2016



Fonte: *Pioneiro* (2016a, p. 4).

Um terceiro aspecto em comum é a legitimação do processo, com ambos editoriais afirmando que todo o procedimento do *impeachment* corre de acordo com a Constituição, e caso não haja crime de responsabilidade, o Judiciário, MPF e a PF irá interceder, pois todos estão agindo conforme a Constituição brasileira. Assim como, não aprofundam o debate, nem trazem as justificativas de Dilma Rousseff, e sim, da legitimidade do processo. Ao mesmo tempo, tratam a urgência de uma mudança no país, pois o mesmo precisa sair da crise, ao passo que Dilma e seu governo não possuem competências para isso, afinal, fazem uma péssima gestão, não governam e o Brasil continua na crise.

Portanto, ambos editoriais buscavam, desde 2015 e com mais ofensividade, uma saída de Dilma Rousseff, seja pela sua renúncia, deposição da chapa ou o *impeachment*, como acabou acontecendo. Em um primeiro momento, os editoriais pediam a saída da chapa, porém, logo mudaram e passaram a instigar a renúncia de Dilma, onde a então presidente Dilma Rousseff respondeu ao editorial, afirmando que não renunciaria, como exemplificado na Figura 9. Contudo, brevemente, estes jornais estavam legitimando o processo de *impeachment* como única saída possível para o Brasil.

Figura 9 – Editorial da *Folha de São Paulo* de 2016

GOVERNO SITIADO REAÇÃO

Em resposta a editorial, Dilma diz que não renunciará

Presidente reagiu em rede social à defesa feita pela *Folha* de que ela e vice Michel Temer abram mão de seus cargos

Vice não comentou e ministro criticou posição; opositoristas e membro do STF disseram não acreditar em renúncia

DE SÃO PAULO
DE BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff respondeu a editorial da *Folha*, dizendo que "jamais renunciara". O texto foi colocado no perfil oficial da presidente no Facebook.

"Setores favoráveis à saída de Dilma, antes apoiadores do impeachment, agora pedem a sua renúncia. Evitam, assim, o constrangimento de respaldar uma ação 'indevida, ilegal e criminosa'. Ao editorial da *Folha de São Paulo* publicado neste domingo (3), fica a resposta da presidente: 'jamais renunciarei'". diz a publicação, acompanhada de um vídeo com trechos de discursos proferidos anteriormente pela presidente.

A editorial "Novo Brasil"

leitura é aquilo que está ali (no editorial). Mas é uma visão utópica, de quem sonha e de quem não se imagina no

Brasil. Os ocupantes são muito apegados aos cargos, o interesse nacional não prevalece", afirmou.



Presidente Dilma Rousseff pedala pelas ruas de Porto Alegre na manhã deste domingo (3)



Fonte: *Folha de São Paulo* (2016b, p. 5).

Tendo este posicionamento, bastava dar legitimidade ao processo de *impeachment* e justificativas para seus leitores, como se não houvesse outra saída, a não ser tirar a "incompetente" Dilma Rousseff.

4 FARSA E TRAGÉDIA

Neste capítulo serão discutidos os dois processos investigados (1964 e 2016), buscando construir aspectos semelhantes e distintos dos dois eventos, trazendo elementos introdutórios para uma análise comparativa. Para essa análise serão utilizadas características trazidas ao longo dos capítulos 2 e 3. Em um segundo momento, apontado algumas considerações preliminares sobre golpes jurídicos-parlamentares ocorridos na América Latina no século XXI, que evidencia que o *modus operandi* de como destituir presidentes precisou ser alterado. O último momento do capítulo é dedicado a um ensaio prévio referente às fragilidades da democracia burguesa, apontando aspectos contraditórios e falhos para um sistema democrático propriamente dito.

4.1 ANÁLISE COMPARATIVA DOS DOIS GOLPES

O primeiro ponto de consonância destas duas rupturas na política brasileira é o ambiente instável e de forte crise econômica, com impasses quanto às ações a serem realizadas pelo Governo Federal. Com isso, uma polarização contundente se fez presente nas duas conjunturas. Fez parte das polarizações uma discordância com planos de governo. Enquanto com Goulart a contrariedade da oposição era sobre as “reformas de base”, em 2016 a oposição esteve contrária às medidas do período petista no poder, isto é, programas sociais criados para diminuição da desigualdade social.

Uma segunda semelhança, conseguinte também da crise econômica posta, é a articulação para a deposição dos presidentes, contando com amplo apoio do segmento empresarial. Em 1964, com a partir de instituições como IPES e o IBAD, fomentaram forte campanha de desestabilização do governo, com enorme volume de dinheiro financiando, entre outras, estas duas instituições citadas.

Em 2016 essa articulação se repetiu no Brasil e teve grande participação nos protestos, com destaque para a atuação da FIESP, conhecida pelo pato nos protestos. Se em 1964 as reformas de base contribuíram fortemente para a unificação da burguesia nacional, em 2016 as leis trabalhistas tiveram grande relevo para a categoria.

Parte desta articulação contou em ambos os momentos, uma participação efetiva da grande mídia brasileira, evidenciada pelos editoriais da *Folha de São Paulo* e *Pioneiro* neste trabalho. Cumprindo o papel de formador de opinião, a mídia tratou de fazer parte de uma campanha de desestabilização de ambos os governos, como pode ser visto nas Figuras 10 e 11.

Figura 10 – Editorial do *Pioneiro* de 1964



Fonte: *Pioneiro* (1964e, p.1).

Com Goulart, um discurso de ameaça comunista e acusações de que João Goulart pretendia permanecer na presidência ocupou as páginas da *Folha de São Paulo* e do *Pioneiro*, além de colocar a crise econômica na responsabilidade única do presidente Goulart.

Figura 11 – Editorial do *Pioneiro* de 2016

EDITORIAL DA RBS

O Brasil nas ruas, por seu futuro

Considerando a gravidade do momento político, o Grupo RBS expõe neste editorial sua posição sobre as manifestações públicas programadas para este domingo em dezenas de cidades brasileiras. Em primeiro lugar, conclamamos autoridades e lideranças dos movimentos envolvidos para que adotem providências no sentido de que os atos sejam ordeiros e pacíficos, a fim de que todas as pessoas, independentemente de suas visões políticas e ideológicas, possam se expressar livremente e em segurança. Também dirigimos este apelo aos manifestantes, para que evitem provocações e revides, direcionando suas ações e suas demandas para os interesses maiores do país e para soluções que assegurem a construção de um futuro digno para as próximas gerações.

Ninguém ignora que o Brasil atravessa um momento triste de sua história. Uma crise econômica sem precedente, gerada por equívocos de um governo que ignorou os fundamentos da estabilidade alcançada com o Plano Real, e uma crise política inquietante, potencializada pela investigação do maior esquema de corrupção já descoberto no país, resultam num ambiente de desesperança e desânimo. Os brasileiros estão revoltados, indignados e descrentes nos seus representantes políticos. E parcela expressiva da população vê o impeachment da presidente da República como saída imediata do impasse em que o país se encontra.

Essas pessoas têm todo o direito de pedir o impedimento presidencial, que é um instituto legal e democrático previsto pela Constituição Federal. Da mesma forma, outros brasileiros devem ter o direito de discordar, ou por achar que não estão presentes todos os pressupostos para a aplicação da impactante medida, ou mesmo pela fidelidade ideológica ou interesseira aos atuais dirigentes do país. Todos têm que ser respeitados no direito de manifestar suas posições.

Só assim poderemos manter a fé e a confiança nas instituições democráticas, que estão sólidas e podem, sim, funcionar adequadamente em favor do país, como vêm demonstrando os integrantes da força-tarefa que promove a Operação Lava-Jato. Com Judiciário atuante, Ministério Público responsável, Polícia Federal eficiente, imprensa independente e sociedade mobilizada, o Brasil está instrumentalizado para melhorar a qualidade de seus dirigentes políticos, para corrigir as deformações e para construir um futuro mais promissor. Basta que cada brasileiro faça a sua parte com consciência cívica e humanidade.



Fonte: *Pioneiro* (2016b, p.6).

No que diz respeito à atribuição da crise econômica, essa característica se repetiu com Dilma Rousseff, onde a *Folha de São Paulo*, de forma reiterada, culpabiliza Dilma Rousseff pela crise brasileira, com acréscimo de discursos afirmando uma suposta incapacidade e incompetência política para livrar o Brasil da crise.

Um ponto que destoa dos citados até aqui, é a presença dos militares. Se em 1964 houve a efetivação do golpe nos coturnos dos militares, em 2016 não se pode dizer o mesmo. Não há registros de uma articulação tal qual ocorreu com a mídia e empresariado na ala dos militares. Ao mesmo tempo, conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 557), “a ação dos militares, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade”. Portanto, mesmo que não haja uma ação direta na deposição, há uma aceitação com a condução estabelecida no cenário político brasileiro: “neutralidade-cumplicidade”.

Um outro elemento comum nos dois processos é a busca por legitimidade do processo ocorrido. Por ter sido conduzido conforme a Constituição, isto é, respeitando os procedimentos de um *impeachment*, há uma concepção previsível de legitimidade. Portanto, com aval do Judiciário e da OAB, é criado o verniz de democrático e legítimo da deposição de Rouseff, mesmo que, no quesito da acusação, ou seja, os motivos da deposição, sejam frágeis e insuficientes. Por outro lado, mesmo com forte evidência antidemocrática, houve uma tentativa de legitimidade também. Segundo Fico (2008, p. 103) com a “[...] Declaração de vacância da Presidência da República pelo presidente do Congresso Nacional, espécie de ‘versão parlamentar’ do golpe de 64”. Além disso, de acordo com o mesmo historiador (FICO, 2008, p. 128), “apesar das irregularidades, a posse de Mazzilli sugeria algum respeito pela Constituição, já que o presidente da Câmara era realmente o próximo na lista de sucessão [...]”. Com isso, mesmo que de forma ineficiente, buscou-se um ar de legitimidade na deposição de João Goulart.

Por isso, ambos se caracterizam por uma deposição de um presidente legítimo em seu cargo. Contudo, a forma como ocorreu é diferente, em contextos diferentes. Para ter uma comparação, é preciso marcar também as distinções entre os dois eventos. Sobre isso:

Muitas são as diferenças entre os dois contextos, mas devemos destacar duas principais: (1) o contexto internacional da Guerra Fria e a onda de intervenções armadas comandadas pelo imperialismo norte-americano em todo o continente latino-americano; (2) e o caráter das reformas de base do governo João Goulart. Estes dois fatores implicam em uma conjuntura extremamente dramática. [...] o segmento militar não entraria em cena como um acidente ou casualidade, mas respondendo ao caráter do capitalismo dependente e a forma como acabou por se impor a ordem capitalista em nosso país. Hoje vivemos um cenário muito distinto. Um momento mundial de derrota da perspectiva revolucionária, e mesmo de iniciativas reformistas dignas deste nome, que se refletiu no Brasil em um longo percurso de conciliação de classes que não ameaçou a ordem capitalista. Esses fatores marcam diferenças que podem explicar a forma que assumiu o desfecho que interrompeu o mandato da presidente eleita (IASI, 2016, não paginado).

Em 1964, houve um golpe clássico seguido de uma ditadura imposta pelos militares. Segundo Netto (2014 apud IASI, 2016, não paginado):

1964 marca, na forma e no conteúdo, uma ditadura. Isto porque se impôs pela força valendo-se diretamente da violência e da coerção, restringiu os direitos político, criminalizou a atividade oposicionista, feriu os direitos humanos mais elementares, impediu a alternância do poder e foi obrigada

a renegar instituições políticas e jurídicas reconhecidas em um Estado 'democrático'.

Em contrapartida, na conjuntura do *impeachment* da Dilma Rousseff, tem-se um ambiente mais complexo para ser definido. Para Iasi (2016, não paginado), em 2016:

O que vemos hoje é uma situação aparentemente paradoxal. Evidentemente a interrupção do mandato presidencial só pode se dar em choque com um ordenamento institucional e jurídico estabelecido, mas a forma na qual se processou o ataque buscou revestir-se de legalidade. O zeloso acompanhamento do STF foi essencial para garantir esta cortina de legalidade para acobertar um ato ilegítimo. O cenário conjuntural descrito permite aos usurpadores alegar a continuidade da normalidade institucional, a permanência das regras da disputa política eleitoral e, portanto, a possibilidade de alternância política, o uso seletivo da perseguição política, aqui também encoberta de uma juridicidade que busca legitimá-la.

Portanto, ambos golpes ocorreram em conjuntura de crise econômica e contaram com apoio da classe média brasileira, assim como da grande mídia e empresariado brasileiro.

4.2 GOLPES JURÍDICOS-PARLAMENTARES NA AMÉRICA LATINA

Da mesma maneira que no século XX ocorreram diversos golpes militares na América Latina, neste século está desenrolando-se deposições de presidentes por meio de processos de *impeachment*. Coincidentemente, em geral, os atingidos por estes processos estão à frente de uma proposta de estado de bem-estar social, com ao menos um mínimo de medidas de cunho social. Sobre estas novas formas de deposição de presidentes, Braz (2017, p. 89) aponta que:

O *impeachment* vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma 'democrática' de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem mais ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos 'inconvenientes' não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discussões que apelam ao 'republicanismo' e, claro, à democracia.

Portanto, é indispensável desvincular-se do conceito de golpe de estado como oriundo de uma posição orquestrada pelos campo militar, e sim, compreender um novo modelo de deposições antidemocráticas. Estas com ações

conduzidas pelo Judiciário e Legislativo. Algumas com apoio expressivo da ala militar, porém, outras apenas com o silêncio conveniente. É significativo um estudo encorpado sobre este tópico, assim como uma análise comparativa destes eventos na América Latina.

Com os golpes militares do século XX e os golpes jurídicos-parlamentares deste século acontecendo diversas vezes, é por consequência de uma frágil democracia burguesa, que tem profundas limitações, sendo elas propositais ou involuntárias. Parte da falha proposital da democracia burguesa brasileira consiste na noção restrita da representação política, onde a participação política da população consiste meramente ao voto, a cada dois anos. Delegando aos candidatos eleitos a responsabilidade individual de cumprir suas atividades públicas. Sobre a representação política, Miguel (2017, p. 108) salienta que:

A representação, não importa quão inevitável seja, é um rebaixamento do ideal democrático original e um mecanismo que introduz desigualdades. A representação não apenas tende a refletir outras desigualdades sociais (os representantes tendem a ser homens, brancos, mais ricos que a média da população, com maior nível de instrução formal), ela cria sua forma própria de desigualdade: a desigualdade entre quem tem e quem não tem acesso aos espaços de exercícios de poder.

Pensar numa democracia cerceada unicamente pela representação política é para além de um erro, uma escolha antidemocrática, pois ela tem por consequência intensificar as desigualdades já existentes no país, não contando com a participação de todos no ambiente democrático. A democracia é excludente para alguns grupos sociais, como as mulheres, trabalhadores e a população negra. Entretanto, é preciso destacar que esta exclusão não é um desvio, mas sim uma regra (MIGUEL, 2017).

Essa exclusão, somada às constantes rupturas no campo democrático, que visa principalmente atingir governos com traços populares, seja em graus menores ou maiores, elucida um regime democrático falho, incapaz de garantir uma democracia ampla e irrestrita. A partir disso, é necessário não aceitar esta democracia como a única possível. Conforme a socióloga Fernandes (2019, p. 115):

A normalização da democracia liberal, evidenciada pela ausência de debates sobre alternativas (tanto por parte da esquerda moderada quanto pelo pouco alcance da esquerda radical), somada ao vácuo do debate

sobre a necessidade de garantias democráticas versus as experiências passadas de ditadura no Brasil, criou um contexto de significantes vazios.

Dado essa realidade, é preciso problematizar estas contradições e falhas inerentes a uma democracia burguesa e debater novas alternativas para um campo democrático popular, que vá além da representatividade e sim, uma participação popular efetiva, construída por trabalhadores e trabalhadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia procurou-se analisar comparativamente o golpe civil-militar de 1964 e o processo de *impeachment* sofrido pela Dilma Rousseff no ano de 2016, estabelecendo e compreendendo as semelhanças entre os dois processos, assim como as diferenças.

Além disso, procurou-se compreender a conjuntura destes dois períodos e investigar os atores que articularam as deposições, de João Goulart e Dilma Rousseff. Da mesma forma, é realizada uma análise dos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *Pioneiro*, buscando identificar como ambos jornais apresentaram os presidentes e também, se houve uma repercussão positiva com as respectivas disposições. Ademais, é problematizado as contradições da democracia representativa liberal vigente no Brasil.

Inicialmente quando foram levantadas estas problematizações, criei a hipótese de que houve uma construção de imagem negativa de ambos os presidentes nos jornais, com ênfase maior ao período de 1964. De fato, decorrido a pesquisa e com os resultados, pode-se observar que este diagnóstico confirmou-se. Ambos os editoriais elaboraram uma rejeição, tanto a Goulart como a Dilma Rousseff. Entretanto, verificou-se que a intensidade e a forma que foi realizado são por vezes semelhantes, contudo, com demasiada diferença. Em 1964, havia um discurso anticomunista expressivo, alinhado a uma oposição ao sindicalismo. Ao mesmo tempo, termos como irresponsável também faziam parte do escopo dos editoriais, principalmente da *Folha de São Paulo*. Em contrapartida, em 2016, houve uma intensa construção negativa na figura de Dilma Rousseff, assim como Goulart, o termo “irresponsável”. Contudo, não houve, em geral, uma campanha explícita ideologicamente contra Dilma Rousseff, como ocorreu com Goulart, em um período de Guerra Fria. Isso não significa uma ausência ideológica no embate contra Rousseff, muito pelo contrário. Através de um discurso associado a ideologia liberal, atribuem a Dilma Rousseff o atributo de irresponsável e incompetente.

A partir do resultado da pesquisa, é possível identificar que ambos processos têm como plano de fundo uma crise econômica e polarização política, com os presidentes eleitos com traços populares, mesmo que por um reformismo tímido. Entretanto, uma diferença importante sobre a conjuntura, é que na década de 1960 o Brasil estava inserido em um contexto de Guerra Fria, protagonizado

pelos Estados Unidos e a URSS. Este dado é relevante ao ponto de tensionar ainda mais a conjuntura brasileira e nortear uma gama considerável de debates e críticas ao Goulart pela sua suposta atuação ao lado ideológico do bloco socialista.

No que tange a articulação das deposições, similitudes surgem também. Ambos processos contaram com apoio expressivo da grande mídia, usando seu papel de formadores de opinião para pressionar o governo e cobrar uma saída sem os respectivos presidentes. Pedidos de renúncia ocorreram tanto em 1964 quanto em 2016. O diferencial é que, enquanto a mídia cobrava das Forças Armadas uma resposta às ações “não patrióticas” de Goulart, com Dilma Rousseff houve pedidos de cassação da chapa, caso não tivesse como tirar apenas a presidente. Uma outra dessemelhança é a atuação das Forças Armadas, que tiveram um papel determinante no golpe contra Goulart, assumindo posteriormente o poder, e que, agiram com um silêncio na deposição de Dilma Rousseff, consentindo com a movimentação feita pela oposição da mesma. Uma terceira categoria presente nas deposições é o empresariado. Ao contrário dos militares, estes tiveram contribuição efetiva nos dois processos, financiando manifestações e pressionando o governo. Não se pode olvidar também que recentemente o papel das redes sociais desencadeou in(des)formação relativa aos processos em questão.

No que diz respeito à deposição de João Goulart do ponto de vista historiográfico, há fontes empíricas e produção o bastante para conceituar o processo de golpe, isto é, uma deposição forçada de um presidente, por meio de imposição militar. Independente da tentativa de legitimar o golpe via parlamento, através da declaração de vacância da cadeira de presidente e depois, com o presidente da câmara assumindo temporariamente o cargo, não restam dúvidas da operação antidemocrática realizada. Em contrapartida, o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff carece de novas investigações e produção, até pelo curto período de tempo decorrido. Porém, é possível identificar contradições no processo:

- a) o MPF emitiu um parecer afirmando que as ditas pedaladas fiscais não configuram como operação de crédito, acusação principal da peça do *impeachment*. Meses depois, Dilma Rousseff é afastada do cargo justamente pelas pedaladas fiscais;
- b) com um discurso anticorrupção em voga, a oposição tem sucesso ao afastar a Dilma Rousseff, sendo que uma parcela considerável dos

políticos envolvidos em todo o processo são reconhecidos por acusações de corrupção, como Eduardo Cunha e Michel Temer, que se efetiva do cargo de presidente;

- c) o último dado aqui citado trata-se da manifestação dos políticos ao declarar seus votos a favor do *impeachment*, onde atribui a sua escolha a “Deus, família e a pátria”, exceto aos crimes supostamente cometidos por Dilma Rousseff.

Estes são alguns elementos de incongruências no *impeachment* passíveis de serem aprofundados. Portanto, há elementos que apontam para uma quebra democrática no país, já fragilizada por limitações inerentes à democracia liberal, propositalmente excludentes.

Esta monografia teve o objetivo de, para além de construir uma análise comparativa entre rupturas democráticas de 1964 e 2016, construir apontamentos preliminares para debater novas rupturas de governos da América Latina, ocorridos no século XXI, por intermédio do parlamento destes países. Por isso, trata-se de uma área em aberto para novas pesquisas, com objetivo de aprofundar a análise.

REFERÊNCIAS

ANAIS DO ENCONTRO INTERNACIONAL E XVIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: HISTÓRIAS E PARCERIAS, 2018, Rio de Janeiro. **Comparar para compreender**: a história comparada como ferramenta metodológica para a compreensão do tempo presente e os seus traumas coletivos. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2018. p. 1-11.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BARROS, José D' Assunção. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/144/13>. Acesso em: 23 out. 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-63, dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272129>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482017000200209&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 set. 2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOCCHESI, Marcell. **Representações de leitura em crônicas literárias de jornais de Caxias do Sul (1963 a 1983)**. 2019. 206 f. Tese (Doutorado em Letras) – UCS/UNIRITTER. Caxias do Sul, 2019.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.095>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100085&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 ago. 2020.

CHAUVEAU, Agnes; TETART, Phillipe. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

CHOMSKY, Noah. **Novas e velhas ordens mundiais**. Tradução: Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta, 1996. (Coleção Clássica).

DIAS, Antonio Francisco Lopes. A democracia como vítima do golpe tragicômico de 2016 no Brasil. **Argumentos: Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 10, n. 19, p. 62- 72, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/32018>. Acesso em: 31 out. 2020.

ELISEU, Thallysson Alves Ferreira. **O impeachment e Dilma Rousseff**: uma análise das representações sociais projetadas em editoriais do jornal Folha de São Paulo. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São João Del-Rei. São João Del-Rei, 2017.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/31063/25773>. Acesso em: 31 out. 2020.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FICO, Carlos. **O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo**: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017. DOI: [10.5965/2175180309202017005](https://doi.org/10.5965/2175180309202017005). Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. 05 nov. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Para quê?** São Paulo, 14 mar. 1964a. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=1423&anchor=4419869&origem=busca&originURL=>. Acesso em: 30 out. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Revolução definida**. São Paulo, 12 abr. 1964b. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=12%2F04%2F1964&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=12&month=04&year=1964&jornais=>. Acesso em: 30 out. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ano novo**. São Paulo, 01 jan. 1965. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=1716&anchor=4413895&origem=busca&originURL=>. Acesso em: 30 out. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Poucas esperanças**. São Paulo, 01 jan. 2016a. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=01%2F01%2F2016&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=01&month=01&year=2016&jornais=>. Acesso em: 30 out. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Em resposta a editorial, Dilma diz que não renunciará**. São Paulo, 04 abr. 2016b. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=04%2F04%2F2016&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=04&month=04&year=2016&jornais=>. Acesso em: 30 out. 2020.

GUERRA, Laura Ferreira. **Da deposição de João Goulart ao impeachment de Dilma Rousseff**: um estudo comparativo de editoriais dos jornais Folha de S.

Paulo e O Globo. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2018.

IASI, Mauro Luis. **O caminho da ditadura**. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/24/o-caminho-da-ditadura/>. Acesso em: 24 nov. 2016.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo. 2011. (Coleção Marx-Engels).

MIGUEL, Luis Felipe. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 100, p. 83-118, jan. 2017. DOI: [10.1590/0102-083118/100](https://doi.org/10.1590/0102-083118/100). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452017000100083&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 11 dez. 2020.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45. jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708>. Acesso em: 03 dez. 2020.

PIONEIRO. **1964**. Caxias do Sul, 04 jan. 1964a. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49223&p=0>. Acesso em: 30 out. 2020.

PIONEIRO. **Política nacional**. Caxias do Sul, 07 mar. 1964b. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49230&p=0>. Acesso em: 30 out. 2020.

PIONEIRO. **Situação nacional**. Caxias do Sul, 14 mar. 1964c. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49231&p=0>. Acesso em: 30 out. 2020.

PIONEIRO. **Viva a revolução**. Caxias do Sul, 04 abr. 1964d. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49234&p=0>. Acesso em: 30 out. 2020.

PIONEIRO. **Em vigor o ato institucional no Brasil**. Caxias do Sul, 11 abr. 1964e. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49235&p=0>. Acesso em: 30 out. 2020.

PIONEIRO. **Bem-vindo sejas, 2016**. Caxias do Sul, 31 dez. 2015. Coluna Opinião.

PIONEIRO. **Saindo do isolamento**. Caxias do Sul, 03 fev. 2016a.

PIONEIRO. **O Brasil nas ruas, por seu futuro**. Caxias do Sul, 12 mar. 2016b. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2016/03/o-brasil-nas-ruas-por-seu-futuro-5101969.html>. Acesso em: 30 out. 2020.

SILVA, Matheus Passos. **Relações entre estado e democracia na teoria política contemporânea**. 2005. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

UBINSKI, André Gustavo. **A charge na imprensa: o jornal Folha de São Paulo e o humor político (1964-1965)**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2014.